

TERMO DE APROVAÇÃO

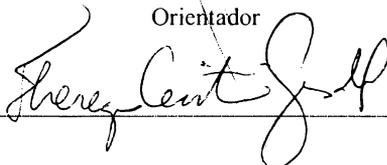
MARCIO EDUARDO ZUBA

Capitalismo, Socialismo e Justiça Social

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

WILSON RAMOS FILHO

Orientador



THEREZA CRISTINA GOSDAL - *Direito Privado*

Primeiro Membro



CAROL PRONER

Segundo Membro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO
DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Márcio Eduardo Zuba

CAPITALISMO, SOCIALISMO E JUSTIÇA SOCIAL

Curitiba/PR
2011

Márcio Eduardo Zuba

CAPITALISMO, SOCIALISMO E JUSTIÇA SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel no curso de Direito – habilitação em Direito das Relações Sociais - sob orientação do Professor Doutor Wilson Ramos Filho

Curitiba/PR
2011

Márcio Eduardo Zuba

CAPITALISMO, SOCIALISMO E JUSTIÇA SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel no curso de Direito – habilitação em Direito das Relações Sociais.

ORIENTADOR: Professor Doutor Wilson Ramos Filho

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Thereza Cristina Gosdal – UFPR

Prof. Dra. Caroline Proner – UniBrasil

Curitiba, 24 de novembro de 2011.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir, de forma sucinta, aspectos históricos e críticos do capitalismo – sua formação, consolidação e luta de classes, bem como as circunstâncias do advento da doutrina socialista, que se fundou nas teorias de Marx e se propôs como alternativa à dominação e alienação impostas pelas relações de trabalho capitalistas. De forma breve, serão analisadas as diferentes formas de socialismo, sobretudo o regime comunista adotado pela antiga União Soviética - suas características, contexto histórico, desenvolvimento e declínio. Utilizando-se de elementos da teoria dos jogos, o autor oferecerá hipóteses sobre o fracasso do socialismo e a necessidade de medidas protetivas efetivas aos trabalhadores no sistema capitalista. Apresentará, finalmente, uma breve crítica sobre as desigualdades sociais que assolam a realidade brasileira, sugerindo que a justiça social deve ser uma preocupação do Estado, e não uma promessa do mercado. Este trabalho, obviamente, não tem a pretensão de esgotar a matéria.

Palavras-chave

Capitalismo, globalização, justiça social, socialismo, teoria dos jogos.

Abstract

This work aims to briefly discuss, historically and critically, key aspects of capitalism – its formation, consolidation, and class struggle, as well as the context in which the socialist doctrine emerged, based on Marx's theories and proposed as alternative to the domination and alienation imposed by capitalist labour relations. Additionally, this work concisely covers different forms of socialism - above all, the communist regime adopted in the former Soviet Union: its characteristics, historical context, development, and decline. By using elements from game theory, the author suggests hypotheses about the failure of the socialism and the necessity to protect workers under the capitalist regime. Eventually, he will briefly address the social inequalities that devastate the Brazilian reality, suggesting that social justice concerns would be a matter of public policy, instead of a market promise. Obviously, this is not a comprehensive text on the subject.

Keywords

Capitalism, globalization, social justice, socialism, game theory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	CAPITALISMO	09
1.1	O capitalismo mercante	09
1.2	O capitalismo de produção	12
1.3	O capitalismo financeiro	17
3	SOCIALISMO	19
3.1	O socialismo soviético	24
3.2	Por que o socialismo teórico não funcionou?	32
4	ECONOMIA E FATORES DE PRODUÇÃO	37
5	KEYNESIANISMO	39
6	NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO	42
7	TEORIA DOS JOGOS, JUSTIÇA SOCIAL E RELAÇÃO DE EMPREGO	49
7.1	Os jogadores – o Estado, o capitalista e o trabalhador assalariado	54
7.1.1	O Estado	57
7.1.2	O capitalista e o trabalhador assalariado	63
8	FATOS DO BRASIL	77
9	CONCLUSÃO	81
10	REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

Passados mais de 160 anos da primeira publicação do Manifesto Comunista, parece estar ainda distante a organização do proletariado como classe social capaz de reverter sua situação precária. A alegação de que o proletariado representa uma classe revolucionária é o coração e a alma do Manifesto - Marx previa que o operariado, tomando consciência de sua condição, tenderia a se organizar e lutar contra a opressão, e ao tomar conhecimento do contexto social e histórico onde está inserido, especificaria seu objetivo de luta.

No entanto, é precisamente esta afirmação que quase todos os críticos recentes, incluindo os mais ferrenhos de esquerda, rejeitam enfaticamente. Em um ensaio no final da década de 1990, o economista radical Edward Herman¹, por exemplo, identifica dois Karl Marx. Um deles *“foi um observador excepcionalmente inteligente que analisou e compreendeu o capitalismo”*, cujas teorias econômicas continuam a ser essenciais. O outro *“foi o iluminista ativista e otimista, que previu um colapso iminente do capitalismo brutal e a consequente emergência de um estado sem classes. Este Marx estava seriamente equivocado.”*. O historiador britânico e socialista de longa data Eric Hobsbawm² aponta sem rodeios que

“se no final do milênio devemos estar impressionados com a acuidade da visão do Manifesto de ... um capitalismo massivamente globalizado, o fracasso de mais uma das suas previsões é igualmente impressionante. É agora evidente que a burguesia não tem produzido ‘acima de tudo ... seus próprios coveiros’ no proletariado.”

De qualquer forma, é precisamente porque Marx e Engels afirmam que a sociedade pode ser radicalmente alterada que o Manifesto ainda é lido por um grande número de pessoas. Mas, como tal argumento deve ser considerado 163 anos depois? Apenas para

¹ Citado em MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist manifesto: a road map to history's most important political document*. Edited by Phil Gasper. Chicago: Haymarket Books, 2005. P. 95.

² Introdução de MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist manifesto: a modern edition*. London: Verso, 1998. P. 18.

destacar a importância da contextualização, em 1850, época da publicação do Manifesto, a população mundial era estimada em aproximadamente 1.260.000.000 pessoas³. Em 2011, é fato notório alegado que a população ultrapassou os 7 bilhões.

Ademais, o Manifesto não deve ser visto como um pedaço de análise econômica abstrata. Foi concebido como uma chamada à ação revolucionária, uma explicação não só do que está errado com a sociedade, mas como ela pode ser transformada para criar “*uma associação, na qual o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos*”⁴.

Enquanto a revolução não acontece, prevalece o sistema capitalista, que não parece vocacionado ao desenvolvimento de todos. São dados de 2005 (mais atualizados) do Banco Mundial⁵:

Pessoas sobrevivendo com menos de 2 dólares por dia, percentual da população total local:

Ásia oriental e Ásia do Pacífico: 38,7%

Europa e Ásia Central: 8,8 %

América Latina e Caribe: 17,2 %

Oriente Médio e Norte do continente africano: 17,2%

Sul da Ásia: 73,9%

África subsaariana: 72,9%

³ *Encyclopædia Britannica Online*. Encyclopædia Britannica, 2011. Referência obtida na Internet. <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/470303/population/60687/Trends-in-world-population>>. Acesso em 26/10/2011.

⁴ MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist manifesto: a road map to history's most important political document*. Edited by Phil Gasper. Chicago: Haymarket Books, 2005. P. 71.

⁵ Banco Mundial (World Bank). Referência obtida na Internet. <<http://data.worldbank.org/topic/poverty>>. Acesso em 26/10/2011.

São essas discussões inquietantes que serão tratadas no presente trabalho, ainda que de forma relativamente superficial quanto ao aspecto histórico, e com a proposição de outras teorias que talvez expliquem o domínio do capitalismo, a aparente impossibilidade do comunismo e a necessidade de políticas governamentais de redistribuição que propiciem um mínimo de justiça social.

CAPITALISMO

James FULCHER (2004), em sua obra *Capitalism – A Very Short Introduction*, apresenta uma série de fatos que permitem uma classificação dos vários modos de atuação em uma economia capitalista, ao mesmo tempo em que demonstram o desenvolvimento histórico da economia ocidental, baseada neste regime. Com base na obra deste autor, pode-se identificar três formas básicas de capitalismo, as quais subsistem até hoje, embora com graus de relevância diversos em relação à sua importância passada, e com profundas diferenças de acordo com as particularidades de cada mercado regional.

O capitalismo mercante

Em abril de 1601 a Companhia Inglesa das Índias Orientais enviou sua primeira expedição para as Índias. Cerca de 18 meses depois, as quatro embarcações da expedição, *Ascension*, *Dragon*, *Hector* e *Susan* retornaram de Sumatra e Java com uma carga composta principalmente de pimenta. O sucesso do empreendimento levou a uma segunda expedição pelos mesmos navios, que deixaram Londres em março de 1604. Na viagem de volta, *Hector* e *Susan* partiram primeiro, mas *Susan* perdeu-se no mar e *Hector* foi resgatado pelo *Ascension* e pelo *Dragon*, que o encontraram à deriva na costa da África do Sul, tendo perecido a maior parte da tripulação. *Ascension*, *Dragon* e *Hector* voltaram para Londres em maio de 1606, com uma carga de pimenta, alho e noz-moscada. Os empreendedores dessas duas viagens obtiveram um lucro de 95% em relação ao investimento. Apesar do sucesso similar de uma terceira expedição, realizada em 1607, uma quarta, em 1608, com os navios *Ascension* e *Union*, foi um completo desastre. O *Ascension* alcançou a costa ocidental da Índia, mas naufragou devido ao orgulho e à cabeça dura de seu capitão, que insistiu em ignorar os avisos locais sobre a presença de bancos de areia. O *Union* desembarcou em um porto em Madagascar, mas sua tripulação foi emboscada e o capitão morto, embora a embarcação tenha

conseguido, de qualquer forma, partir para Sumatra e embarcar uma carga – tudo para, no final da viagem de volta, naufragar na costa da Bretanha. Os investidores nessa expedição perderam todo seu capital.

O lucro em tais expedições era tão-somente o resultado da escassez e da distância. Consistia na diferença gigantesca entre o preço pago por, digamos, pimenta, disponível em grandes quantidades em certas ilhas, e o preço que esta pimenta alcançava na Europa, uma diferença que tornava insignificantes os custos do empreendimento. O importante era que a carga conseguisse alcançar a Europa, embora as condições de mercado também fossem muito relevantes, pois a chegada repentina de uma grande carga poderia diminuir os preços pela saturação dos mercados. Um excesso de pimenta no mercado, por exemplo, acabou por forçar a Companhia das Índias Orientais a diversificar suas especiarias e produtos. Ainda, a alta lucratividade poderia fazer com que muitos passassem a empreender da mesma forma, embora uma grande soma de capital fosse necessária para este negócio. Afinal, navios apropriados tinham que ser construídos, equipados e armados com canhões (para uso contra os rivais portugueses e holandeses). Tinham ainda que ser reparados, se e quando retornassem para os estaleiros na Inglaterra, que eram os maiores empregadores da mão-de-obra local. O capital também era necessário para a compra de mercadorias que serviriam para pagar pelas especiarias, para compra de munição, de comida e bebida para as tripulações. Na terceira expedição da companhia, o navio *Dragon* tinha uma tripulação de 150 homens, o *Hector* 100 e o *Consent* 30 – ao todo, 280 bocas para alimentar, ao menos inicialmente. Uma razão para o tamanho das tripulações era ter certeza de que haveria marinheiros suficientes para trazer o navio de volta após todos os riscos que a expedição enfrentaria. O capital da Companhia era obtido, em sua maior parte, embora não totalmente, dos ricos mercadores londrinos que a controlavam e a administravam. Aristocratas e seus associados representavam outra fonte, muito bem-vinda pela Companhia pela sua influência na corte, uma vez que certos privilégios

dependiam do favor real. Dinheiro estrangeiro também estava envolvido, principalmente dos mercadores holandeses excluídos pela rival Companhia das Índias Holandesas Orientais. De quebra, estes mercadores também representavam uma utilíssima fonte de inteligência sobre as atividades da companhia rival.

Os mercados eram manipulados pelo estoque controlado das mercadorias adquiridas. No século 17 os mercadores holandeses eram particularmente talentosos nessas práticas, e estabeleciam monopólios não apenas no mercado de especiarias, mas também no de cobre, de óleo e gordura de baleia, de seda italiana, de açúcar, de perfumes e de salitre – este, necessário para a fabricação de pólvora. Grandes barracões eram cruciais para o monopólio – o historiador francês Fernand BRAUDEL (1992: 419) comenta que os barracões dos mercadores holandeses eram maiores e tinham manutenção mais onerosa que grandes navios. Conjuntamente, eram capazes de estocar grãos suficientes para alimentar o país inteiro por 10 a 12 anos. Não se tratava apenas de estocar para forçar a subida dos preços; os grandes estoques também permitiam aos holandeses aniquilarem eventuais competidores estrangeiros, ao possibilitarem a súbita inundação de todo o mercado europeu. Certamente estamos diante de capitalismo, uma vez que o comércio a longa distância requeria um pesado investimento de capital, na expectativa de lucros vultosos.

Contudo, claramente não se tratava de um livre capitalismo de mercado. O segredo de se conseguir altos lucros era assegurar o monopólio por um meio ou por outro, eliminar competidores, enfim, controlar o mercado por todos os meios possíveis. Uma vez que o lucro consistia em negociar produtos escassos, e não em racionalizar a produção, o impacto do capitalismo mercante na sociedade era limitado. A maior parte da população levava sua vida rotineira sem ser afetada pelas atividades dos donos do capital.

O capitalismo de produção

Na década de 1780 dois escoceses, James M'Connel e John Kennedy, viajaram rumo ao sul para se tornarem aprendizes na indústria de algodão estabelecida em Lancashire, condado no noroeste da Inglaterra. Após ganharem experiência e algum dinheiro na construção de maquinário para processamento de algodão, eles iniciaram seu próprio negócio em 1795 com um capital inicial de 1.770 libras.

Rapidamente conseguiram bons lucros com o processamento de algodão, obtendo um retorno sobre o capital acima de 30% em 1799 e 1800, o que permitiu uma rápida acumulação de capital, que por volta de 1800 tinha atingido cerca de 22.000 libras e, em 1810, 88.000 libras.

Pelos idos de 1820 a companhia possuía três grandes processadoras de algodão e havia alcançado o posto de liderança no processamento de algodão fino em Manchester, então a metrópole global do tecido.⁶

Rapidamente, contudo, este ramo industrial tornou-se muito competitivo, e os lucros não mais podiam ser sustentados nos altos níveis do início de 1800. Isto ocorreu, de fato, porque os altos lucros iniciais tinham resultado na expansão do negócio e atraído novos investidores. Havia 344 processadoras de algodão em 1819, mas em 1839 somavam 1.815. Os avanços técnicos possibilitaram um aumento gigantesco na produtividade durante a década de 1830, e a competição levou as companhias a investirem pesadamente em maquinários. Os custos do investimento em instalações e equipamentos, somado à queda nos preços causada pelo excesso de produção, rebaixaram os lucros para níveis mais baixos na década de 1830.

No final das contas, o lucro passou a depender dos trabalhadores que

⁶A primeira fábrica de algodão movida a vapor foi construída em 1815. A seguir, a indústria do algodão tornou-se a principal força propulsora da revolução industrial e, conseqüentemente, do domínio mundial, pela Inglaterra, nas áreas comercial, financeira e militar, por muitas décadas, conforme: DOWD, Douglas Fitzgerald. *Capitalism and its economics: a critical history*. London: Pluto Press, 2000. P. 24.

transformavam algodão cru em tecido. A força de trabalho da companhia de M'Connel e Kennedy cresceu de 312 indivíduos em 1802 para cerca de 1.500 por volta de 1830. Muito dessa força era composta por trabalho infantil barato, e muitas vezes perto da metade dos empregados tinha menos de 16 anos. Em 1819 havia 100 crianças abaixo de 10 anos, algumas com 7, que trabalhavam das 6h da manhã até 7h30 da noite.⁷ Exceto pelo pesado custo ocasional de novas fábricas e novos equipamentos, os salários representavam o principal custo da companhia. Sua folha de pagamento anual ultrapassava as 35.000 libras por volta de 1811 e 48.000 libras na metade da década de 1830.

Os custos com salário eram minimizados não apenas mantendo os salários em um nível baixo, mas também substituindo trabalhadores experientes por outros, menos habilidosos, porém mais baratos, algo tornado possível pelo desenvolvimento de maquinário automático. A instabilidade cíclica da indústria resultava em colapsos periódicos na demanda, que forçavam os empregadores a reduzir ainda mais os salários e horas de trabalho, para garantir a continuidade da empresa.

À medida que o capitalismo desenvolveu-se, o conflito a respeito dos salários tornou-se significativamente organizado. Os trabalhadores defendiam-se das reduções salariais por meio de protossindicatos, organizados a princípio localmente, e depois regionalmente e nacionalmente. Em 1810, 1818 e 1830 sucessivas greves foram deflagradas, mas o movimento foi reprimido pelos empregadores, como o auxílio do Estado, que desmobilizou os grevistas e mandou para a prisão os líderes sindicais. Os empregadores

⁷As condições de trabalho e os salários nessas primeiras fábricas – para não falar das minas de carvão e outras novas indústrias – eram simplesmente terríveis: “satânicas”, como o poeta William Blake colocou. O cenário geral era ainda pior: a maior parte das famílias rurais, desapossadas desde a metade do século 18 e até a metade do século 19, sequer tinha trabalho. Consequentemente, como a revolução industrial se firmou na Inglaterra no início do século 19, algo como metade da população não estava apenas muito pobre e indefesa; homens, mulheres e crianças estavam simplesmente em total desesperança: um desastre social que agora se repete (em números expressivos) nas “economias emergentes” dos dias atuais. Conforme: DOWD, Douglas Fitzgerald. *Capitalism and its economics: a critical history*. London: Pluto Press, 2000. P. 24.

também haviam criado suas próprias associações, de modo que podiam colocar em listas negras os militantes do sindicato, responder às greves dos trabalhadores com as greves patronais (*lock-out*) e proporcionar, se preciso, um auxílio financeiro mútuo. De qualquer forma, a ação vigorosa dos sindicatos dos trabalhadores parece ter tido sucesso - os salários ao menos permaneceram estáveis, apesar do declínio no lucro e sucessivas tentativas dos empregadores de reduzi-los.

A exploração do trabalho não era apenas uma questão de manter a folha de pagamento baixa, mas também de disciplinar o trabalhador. O capitalismo de produção industrial requeria (e ainda requer) uma atividade contínua e regular, necessária para minimizar os custos. Os caros maquinários não podiam parar e a ociosidade e a embriaguez (na verdade até mesmo as conversas entre empregados e breves pausas para descanso) não poderiam ser de forma alguma permitidas. No contexto da época, a indústria de algodão teve de fato dificuldades em recrutar trabalhadores, que não estavam de modo algum acostumados a jornadas ininterruptas de trabalho e supervisão cerrada.

Os empregadores tiveram que encontrar meios de impor uma disciplina que era completamente estranha (e, portanto, incômoda) para a primeira geração dos trabalhadores industriais, e a solução trivial eram os castigos corporais para as crianças, as multas e a ameaça de demissão (e consequente inserção na lista negra).

Alguns empregadores, contudo, desenvolveram meios mais sofisticados de coação moral. FULCHER (2004: 7) cita o exemplo de Robert Owen, que introduziu o conceito de *monitores silenciosos* em sua fábrica situada em New Lanark, Escócia. Cada trabalhador era obrigado a usar uma peça de madeira, à guisa de colar, com seus lados pintados: de preto, significando um trabalho ruim; de azul, um trabalho indiferente, nem bom nem ruim; de amarelo, um bom trabalho; e de branco, um trabalho excelente. O lado voltado para frente proporcionava uma lembrança constante, visível a todos, da qualidade do trabalho do dia

anterior. Cada departamento mantinha um livro de registro, com as cores diárias atribuídas a cada trabalhador. A disciplina não se restringia à fábrica – Owen também controlava a comunidade, mantendo patrulhas nas ruas que reportavam os casos de embriaguez, para eventual aplicação de multa na manhã seguinte. Havia até mesmo a imposição de um toque de recolher, às 22h30, durante o inverno. O tempo se transformou em um campo de batalha, com histórias de proibição de trabalhadores utilizarem relógios, o que possibilitava a empregadores menos escrupulosos adiantarem o relógio na entrada e atrasarem na saída, sem a possibilidade de serem desafiados quanto à falcatura.

Mas, o capitalismo industrial não criou apenas o trabalho, mas também o lazer, no sentido moderno do termo. Pode parecer surpreendente, uma vez que os donos das indústrias de algodão precisavam manter os maquinários rodando tanto tempo quanto possível, forçando os empregados a trabalharem muitas horas por dia. Contudo, ao requererem um trabalho contínuo durante os turnos de trabalho e regulando a atividade externa ao trabalho, os empregadores separaram o tempo de folga do tempo de trabalho. Alguns fizeram isso de forma totalmente explícita, ao estabelecerem períodos próprios de feriado, distintos dos costumeiros, porque assim paralisavam o trabalho de forma mais conveniente.

O lazer como uma forma distinta do tempo não empregado para o trabalho, seja na forma de feriado, final de semana ou período noturno, foi, portanto, resultado do horário de trabalho disciplinado e limitado pela produção capitalista, e levou os trabalhadores a exigirem mais e mais tempo de lazer, através das campanhas sindicais, que primeiramente iniciaram-se na indústria de algodão, e que finalmente levaram à criação de leis que limitaram as horas de trabalho e regularam os feriados.

O lazer também foi a criação do capitalismo de uma outra forma - pela comercialização das atividades de lazer, lazer que não mais significava a participação em esportes tradicionais e outros passatempos. Os trabalhadores começaram a pagar pelas

atividades de lazer organizadas em empreendimentos capitalistas. Por exemplo, as novas companhias ferroviárias proporcionavam bilhetes de excursão mais baratos, que permitiam aos trabalhadores da indústria de algodão em Lancashire um passeio até Blackpool. Em 1841, Thomas Cook (FULCHER, 2004: 8) organizou sua primeira viagem de turismo, uma excursão por trem de Leicester até Loughborough, para um encontro onde seria observada a abstinência de álcool. Viagens em massa para eventos esportivos, especialmente futebol e corridas de cavalo, nos quais as pessoas pagavam pela entrada, eram agora possíveis. A importância disto dificilmente pode ser exagerada, uma vez que um novo e completo ramo de indústrias emergiu da exploração e desenvolvimento de atividades de lazer, e tornou-se uma fonte gigantesca de consumo, emprego e, é claro, lucro.

A produção capitalista transformou o trabalho e o lazer das pessoas. O investimento de capital na expectativa de lucro guiou a Revolução Industrial e o rápido progresso técnico aumentou a produtividade de forma surpreendente. Mas as máquinas ainda dependiam do fator humano, e os salários tornaram-se cruciais para o lucro. A folha de pagamento ainda representava o custo principal do capitalista e tornou-se o foco de conflito entre os donos do capital e, conforme Marx colocava, aqueles que possuíam apenas sua força de trabalho como fonte de valor. Os trabalhadores estavam concentrados em indústrias, onde se obrigavam a trabalhar de forma contínua e disciplinada sob uma supervisão atenta, mas agora tinham a oportunidade de se organizarem coletivamente em sindicatos. As atividades não relacionadas ao trabalho foram dele extirpadas, com a reformatação do lazer, com a vida cotidiana agora claramente dividida entre trabalho e lazer. O trabalho assalariado também significou, contudo, que os trabalhadores tinham dinheiro para gastar nas horas de lazer, e a comercialização do lazer criou novas indústrias que realimentaram a produção capitalista.

O capitalismo financeiro

Em uma terça-feira, 23 de fevereiro de 1995, Nick Leeson, gerente da *Barings Securities* em Singapura, observava o índice da bolsa de valores japonesa (Nikkei), que caía 330 pontos. Em um único dia, a *Barings* perdeu 143 milhões de libras nos negócios que ele tinha feito, embora ele fosse o único que sabia o que estava acontecendo. Essas perdas somaram-se a outras anteriores, alcançando a cifra de 827 milhões de libras, algo que foi mantido escondido por Leeson. Ele percebeu que o jogo estava encerrado, e se escondeu com a esposa na costa norte de Bórneu, enquanto os administradores da firma, desconcertados após a descoberta do rombo, tentavam desesperadamente encontra-lo.

No dia seguinte, não havia mais dúvidas que o *Barings*, o mais antigo banco mercantil de Londres, havia sofrido perdas tão grandes que estava efetivamente quebrado. Leeson tentou voltar para Londres, mas foi preso em Frankfurt, extraditado para Singapura e sentenciado e condenado a seis anos e meio de prisão, por quebra dos regulamentos financeiros locais. Ele havia negociado com *derivativos*, instrumentos financeiros sofisticados que *derivam* seu valor do valor de alguma outra coisa, como *ações*, *bonds*, moedas ou mesmo *commodities*, como petróleo, minérios e café. *Futuros*, por exemplo, são contratos para compra de *ações*, *bonds*, moedas ou *commodities* pelo seu preço atual, mas em algum ponto no futuro. Assim, se o operador acredita que o preço tende a subir, negocia a compra de *futuros*, para, na efetivação do negócio, vender com lucro pelo preço mais alto. Naturalmente, se ocorrer o inverso, isto é, se o preço cair, terá feito um mau negócio. Também há as chamadas *opções*, com a possibilidade de se efetivar ou não o negócio após certo prazo. Em comum, há a evidente especulação financeira nos mercados futuros. Aqueles nos quais Leeson estava envolvido compõem o que Susan STRANGE (1986) chamou de *cassino capitalismo*. O dinheiro também pode ser *feito* a partir da *arbitragem*, que explora as pequenas diferenças de preço que ocorrem por razões técnicas entre os mercados. Se o agente

for capaz de distinguir essas diferenças, calcular rapidamente seu valor, e mobilizar vastas quantias de dinheiro muito rapidamente, pode conseguir grandes lucros deste modo.

Foram examinados aqui, pinçados da obra de Fulcher, três exemplos muito diferentes de capitalismo. As atividades de negócios envolvidas são tão diferentes quanto possível, mas todas elas implicam no investimento de dinheiro com o objetivo de se acumular capital, que permitirá novos investimentos e uma acumulação cada vez maior. Não é a natureza da atividade em si o que importa, mas a possibilidade de se obter lucro dela. É típico da sociedade capitalista que virtualmente todas as atividades econômicas que nela se desenvolvem sejam guiadas pela oportunidade de se obter lucros a partir do capital investido – lucro que passa necessariamente pela alienação, por parte do investidor capitalista, da chamada mais-valia (fração do trabalho não paga, que representa lucro ao capitalista), nos casos do capitalismo financeiro e mercantilista, e que se soma à produção adicional de mais-valia, também alienada, no capitalismo de produção.

Capital, portanto, conforme FULCHER (2004: 14), é dinheiro que é investido com o objetivo de fazer mais dinheiro. Por extensão, o termo capital é muitas vezes usado para se referir a dinheiro que está *disponível* para investimento, ou, ainda, qualquer bem que possa prontamente ser convertido em dinheiro – ou seja, que possua liquidez.

Assim, uma característica marcante do desenvolvimento das sociedades capitalistas foi o surgimento de instituições que possibilitaram a conversão de qualquer tipo de bem em capital. Hernando DE SOTO (2000: 35) argui persuasivamente que é a falta destas instituições, acima de todos os sistemas funcionais do direito de propriedade, que frustram o surgimento de capitalismos locais no chamado terceiro mundo. O autor argumenta que há uma enorme quantidade de capital em potencial, bloqueada na forma de propriedade (e mesmo na forma de posse sem propriedade), que permanece indisponível para uso produtivo pelos empreendedores.

SOCIALISMO

Alguns estudiosos indicam as origens da doutrina socialista em Platão, outros, no cristianismo, e muitos, com grande plausibilidade, nos movimentos radicais da guerra civil inglesa do século 17. Contudo, o socialismo moderno, com suas evoluções contínuas, conjuntos de ideias e movimentos, emergiu na Europa no início do século 19.

As razões para isto têm sido longamente debatidas, mas é amplamente aceito que se deram face às rápidas mudanças sociais e econômicas, associadas à urbanização e à industrialização, que não apenas minaram a economia rural, mas também levaram ao colapso dos valores e das normas que sustentavam a ordem tradicional.

Em 1867 foi completado o primeiro volume da monumental obra de Karl Marx, *Das Kapital*, com uma triunfante nota pelo autor – *um ponto seria alcançado*, Marx argumentava, *no qual o sistema capitalista desmoronaria e os expropriadores seriam expropriados*. Por mais de um século muitos socialistas acreditaram (e muitos oponentes do sistema temeram) que Marx estivesse certo: o capitalismo estaria condenado e seria substituído pelo socialismo. Contudo, em anos recentes, particularmente desde o colapso do bloco soviético entre 1989 e 1991, uma reversão profunda ocorreu – agora é o capitalismo que triunfa (crises mundiais à parte), muitos reputando o socialismo como uma relíquia histórica que provavelmente desaparecerá ainda no curso deste século. Ambas opiniões parecem extremadas.

Os oponentes do socialismo (em suas várias formas – conforme se verá, é impossível dizer que, na prática, trata-se de um sistema rígido) prontamente repelem o sistema conectando-o com suas manifestações mais repulsivas – particularmente a ditadura de Stalin na União Soviética, que durou do final de 1924 até 1953. De modo similar, os proponentes do socialismo tendem a identifica-lo com as características específicas que lhes parecem favoráveis. Assim, Lenin certa vez definiu o socialismo como o “*poder soviético crescendo*

da eletrificação”, enquanto um político britânico, Herbert Morrison, argumentou que o socialismo era “o que um governo trabalhista faz”.

Por outro lado, muitos veem o socialismo primeiramente como um conjunto de valores e teorias e negam que as políticas de qualquer Estado ou partido político tenham qualquer relevância para a avaliação do socialismo como uma doutrina – definição purista que se posiciona no extremo daquelas de Lenin e Morrison e, igualmente, não parece ter qualquer valor prático para uma definição. Na abrangente visão de Michael NEWMAN (2005: 2) tem-se que

o socialismo é centralista e local; organizado de cima e construído por baixo; visionário e pragmático; revolucionário e reformista; antiestatal e estatizante; internacionalista e nacionalista; utilizado por partidos políticos e por eles evitado; uma consequência do sindicalismo e independente dele; uma disposição de países ricos industrializados e pobres comunidades camponesas; sexista e feminista, comprometido com o crescimento e com preocupações ambientalistas.

Assim sendo, convém concentrar a discussão na característica mais fundamental do socialismo, em seu próprio sentido de existir: o comprometimento com a criação de uma sociedade igualitária. Os defensores do socialismo podem não concordar quanto à extensão da erradicação da desigualdade (se local ou global) ou quanto aos meios que poderiam ser efetivos para tal mudança, mas nenhum socialista defende as desigualdades atuais quanto à riqueza e poder. Particularmente, os socialistas sustentam que, sob o capitalismo, uma vastidão de privilégios e oportunidades é derivada da propriedade hereditária de capital e de riqueza em uma das pontas da escala social, enquanto um ciclo de privações limita as oportunidades e a influência na outra ponta. Ainda que em várias medidas, todos os socialistas têm desafiado as relações de propriedade que são fundamentais ao capitalismo, aspirando ao

estabelecimento de uma sociedade na qual todos teriam a possibilidade de buscar a plenitude sem a interposição de barreiras baseadas em estruturas inegualitárias.

Porém, tal premissa, por seu turno, é dependente de outra característica: uma visão relativamente otimista dos seres humanos e de sua habilidade em cooperar uns com os outros. A extensão, tanto do otimismo quanto da necessidade de construção de um novo modelo de sociedade, varia consideravelmente. Para aqueles que acreditam na possibilidade de se estabelecerem comunidades autogovernadas, sem hierarquia ou Direito, o conceito otimista de “natureza humana” é essencial. Para aqueles que preferem a existência de sistemas hierarquizados e Estados, o otimismo pode ser mais limitado. Não há dúvida, porém, que no mundo pós-nazismo e pós-estalinismo, o otimismo de alguns pensadores foi contaminado pela dura realidade. A bem da verdade, já Adam SMITH (1776: 184), no século 18, portanto, afirmava que *“cada indivíduo está continuamente exortando a si mesmo na busca do melhor emprego para qualquer capital de que disponha. É seu próprio benefício, e não o da sociedade, que ele visa”*.

De qualquer sorte, os socialistas sempre rejeitaram ideias que colocaram o interesse egoístico individual e a competição como os únicos fatores motivacionais do comportamento humano em todas as sociedades ao longo da história. Os socialistas reputam tal perspectiva egoística como o produto de um tipo particular de sociedade, e não como uma característica inerente aos seres humanos.

Assim, a maior parte dos adeptos do socialismo está convencida da possibilidade de se implementar mudanças globais significativa pelo apelo à consciência humana, muito embora alguns intérpretes tenham levado o determinismo econômico ao nível em que sua crença no papel das pessoas em promover mudanças tem sido difícil de compreender. Todavia, de modo geral, a resignação passiva frente à situação existente é estranha aos socialistas – visão que é compartilhada com os capitalistas, embora, em outros aspectos,

naturalmente existam divergências.

Como um todo, e de forma geral, capitalismo e socialismo são produtos da era moderna, com suas crenças fundamentais de que os seres humanos podem atuar como os artífices da história, ao invés de terem suas sortes determinadas pelo destino, pelo costume, pela tradição ou pela religião. Tais características conferem aos sistemas alto grau de diversidade e, no caso do socialismo, não causa surpresa quando sua evolução e desenvolvimento são considerados.

O socialismo moderno, embora nascido na Europa do século 19, foi subsequentemente adaptado e moldado em cada sociedade. Por exemplo, a eclosão do comunismo (passo lógico, necessário e definitivo após o socialismo, conforme Marx), seguinte à Revolução Russa de 1917, fortaleceu seu apelo em muitos países em desenvolvimento que ainda eram controlados por impérios europeus. O apelo foi grandemente fortalecido após a Segunda Guerra – o que se via de fora, naturalmente *opacificado pela cortina de ferro*⁸, era a rapidíssima ascensão tecnológica da União Soviética, que, em pouco mais de quatro décadas, passou de um país essencialmente rural a pioneiro no envio de coisas e pessoas ao espaço (Sputnik em 1957, Yuri Gagarin em 1961), e que, portanto, representava o modelo perfeito de modernização para os países subdesenvolvidos.

Contudo, o próprio comunismo também assumiu diferentes formas à medida que foi estruturado pelas condições locais e fundido com movimentos pró-independência nacional. Por exemplo, muito antes que os comunistas chineses assumissem o controle do país, em 1949, estava claro que seu novo líder, Mao Zedong (1893 - 1976), enfatizava o papel do campesinato de maneira muito mais ostensiva do que ocorria na União Soviética e, pelos idos

⁸“Como sempre, as intenções soviéticas, vistas de fora, eram extremamente opacas. Winston Churchill logo estaria chamando-os de ‘uma charada embrulhada em mistério dentro de um enigma’”. DAVIES, Norman. *Europa na guerra*. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2009. P.174.

de 1960, ocorreram sérios embates ideológicos entre estas duas superpotências comunistas. Enquanto isso, outros regimes comunistas, que emergiram na Coreia do Norte e no Vietnã, foram moldados por condições específicas de guerra civil, lutas por libertação nacional e pela intervenção estadunidense. Aqui e acolá formas muito diferentes de socialismo também emergiram: alguns dos judeus assentados na Palestina estabeleceram comunidades corporativas em pequena escala (os chamados *kibutz*) muito antes da criação do Estado de Israel em 1948. Posteriormente, várias nações árabes, começando com o Egito na década de 1950, adotaram uma versão de socialismo secular, ditadura modernizada e nacionalismo, alimentados em parte pela existência de Israel e pela dominação ocidental. De modo similar, vários flertes com o socialismo foram experimentados na América Latina, mas normalmente foram rejeitados, principalmente devido à presença e prevalência dos interesses da superpotência capitalista estadunidense. A mais duradoura exceção está em Cuba sob Fidel Castro que, desde 1959, tem combinado uma revolução social nacionalista com elementos do modelo comunista soviético.

De modo globalmente relevante, contudo, especialmente durante a década de 1970, tornou-se evidente que o modelo estadunidense de modernização, com suas liberdades políticas, iniciativa privada e a atração do consumo de massa, era muito mais inovador e significava uma fonte de recursos aparentemente mais duradoura. Sob este modelo, a Europa ocidental, o Japão e vários outros aliados dos Estados Unidos (embora não a sua totalidade) emergiram como sociedades com grande prosperidade e qualidade de vida, inigualáveis em relação a qualquer membro do bloco soviético. Àquele momento, a Europa ocidental parecia ter conseguido combinar os benefícios do mercado com os programas sociais. Este apelo crescente do modelo estadunidense de democracia e modernização significou o início do declínio da ideologia comunista.

O socialismo soviético

Conforme aponta Roman SZPOLUK (2008: 206), a Rússia czarista do século 19, ainda que fosse um Estado já unificado (diferentemente da Alemanha, por exemplo), não possuía uma identidade nacional. O império multinacional formou-se antes que a moderna identidade nacional russa fosse formada. No ocidente, deu-se o contrário: a construção de impérios ocorreu após a construção da nacionalidade.

O papel do Estado no desenvolvimento, contudo, foi o fator de maior influência na história política e intelectual russa. Ainda na Idade Média, a distinção entre Estado e sociedade emergiu na Europa ocidental. O desenvolvimento tornou-se possível pela cisão do *status* do monarca - como um governador, de que se ocupou o direito público, e como dono da propriedade privada, o que era regulado pelo direito privado civil. Como um jurista medieval ponderou, o imperador era “*senhor no aspecto político, mas não no aspecto da propriedade.*”⁹.

Mesmo após o estabelecimento de relações com o ocidente, o czarismo recusou-se a introduzir reformas políticas e legais e, assim, retardou a formação da nação russa moderna, que não parecia possível sem o reconhecimento da sociedade como algo separado do Estado. Os ideólogos da autocracia, no esforço de conter a formação de uma nação russa com tal característica, apresentaram a teoria da “Nacionalidade Oficial”, que proclamava a Ortodoxia, a autocracia e a *narodnost* (nacionalidade) como as características próprias do povo russo. A seguinte declaração do príncipe russo Vladimir Odoevsky, de 1835, (SAKULIN, 1913: 174), ilustra muito bem a *ideia oficial da realidade russa* à época:

⁹VINOGRADOFF, Paul. *Roman Law in Medieval Europe*. Oxford, 1929, p. 62, conforme citado em PIPES, Richard. *Russia Under the Old Regime*. New York: Scribners, 1974, p.65

Aqui na Rússia o trabalho é a única forma de ser útil à Nação. Não existe aspiração inata pelos ideais iluministas. Digam-me, quem entre nós constrói escolas? O governo. Quem constrói fábricas e máquinas? O governo. Quem mantém as companhias? O governo. Quem torna os descobrimentos possíveis? O governo. Todas estas coisas não são possíveis – e não serão no futuro – à iniciativa privada. (Mas) o governo precisa das pessoas para seus empreendimentos. Dissociar o indivíduo do governo significa dissociá-lo daquilo que move toda a Rússia e que lhe dá vida e ar para respirar.

Finalmente, no final do século 19, com a insustentável posição de desvantagem experimentada pela Rússia em relação aos países da Europa ocidental, e face à intransigência da aristocracia, iniciou-se uma violenta revolução social, agravada por uma série de fatores - convém lembrar que, no Extremo Oriente, o Japão havia combatido (e vencido) a Rússia em 1904-5, somado ao fato de a Alemanha, mesmo travada pela aliança com a Áustria, ter assegurado a vitória total no Leste, expulsando a Rússia da Primeira Guerra direito para a revolução e para fora de grande parte de seus territórios europeus em 1917-1918. Com uma classe média moderada silenciando durante as décadas cruciais de mudanças econômicas e sociais, o socialismo se apresentou como a única alternativa efetiva ao czarismo.

Contudo, o socialismo russo opôs-se não apenas ao czarismo; ele também rejeitou a alternativa de Estado constitucional e economia capitalista ao estilo ocidental. No ocidente os socialistas também haviam sido críticos do Estado liberal, embora aceitassem seu papel histórico na evolução da sociedade. Na Rússia, os socialistas preveniram-se contra o estabelecimento de uma forma constitucional de governo, o que levou a uma transição direta para o socialismo, a partir da antiga ordem social. Esta transição seria conduzida pela inteligência revolucionária em um golpe breve e violento. Seria. Conforme bem aponta DOWD (2000: 101):

Era para ser e de fato foi uma revolução socialista, mas no momento e tempo errados. A revolução bolchevique parecia prometer alívio incentivando o dissenso. A princípio isto era geralmente popular, mas rapidamente, no entanto, o programa bolchevique inevitavelmente tornou-se um programa compulsório: suas metas não eram factíveis sem tal compulsoriedade. Pior: também não o eram com ela. Foi adotado o nome “comunismo militar” (ou de guerra).

Os primeiros socialistas russos, conhecidos por *populistas*, enfrentaram a seguinte questão: para alcançar o socialismo, deveria o país passar pelos mesmos estágios de capitalismo, governo burguês e industrialização que tinham tido lugar na Europa ocidental? Após lerem as críticas socialistas ocidentais ao capitalismo concluíram que, por suas características peculiares, a Rússia não se tornaria um país capitalista ao estilo ocidental, mesmo que houvesse a tentativa do governo ou da burguesia neste sentido. No comentário experiente sempre preciso de HOBBSAWM (1995: 133),

O que quer que trouxesse o futuro, o que emergiu no início da década de 1920 foi um Estado único, desesperadamente empobrecido e atrasado – muito mais atrasado até que a Rússia czarista – mas de enormes dimensões: “um sexto da superfície do mundo”, como gostavam de gabar-se os comunistas entre as guerras, dedicado a uma sociedade diferente e oposta ao capitalismo.

Assim, e a despeito de seu atraso, a Rússia passaria diretamente do feudalismo e da aristocracia para o socialismo.

Não há dúvidas de que o sistema soviético de produção social era muito diferente do capitalismo, mesmo quando comparado com as mais rigorosas formas capitalistas de controle estatal, como aquelas da Alemanha nazista e da Inglaterra no período de guerra. Também não há dúvidas de que o socialismo democrático em tese adotado pela cartilha soviética de governo era fortemente autoritário. Houve uma sucessão de experiências fracassadas e, cinicamente, abusos gigantescos passaram despercebidos. Foi só depois de 74

anos que o sistema ruiu e o mundo percebeu, no rastro de milhões de vidas desperdiçadas, que a experiência bolchevique tinha sido uma “*Tragédia do povo*”¹⁰.

Não é acurado, portanto, tentar assimilar o sistema soviético como uma forma de capitalismo ou de socialismo, e também não parece apropriado situa-lo dentro de outros modos de produção fundamentados no cânone marxista-leninista ortodoxo. Assim é o ensinamento de DAVIES (2009: 63):

Marx, que morreu em 1883, não viveu para ver a revolução. Mas seus discípulos na Rússia soviética não perderam tempo em afirmar que haviam concretizado sua conclamação em outubro de 1917. Na verdade, como um exilado alemão vivendo em Londres, Marx naturalmente presumiu que a revolução aconteceria espontaneamente em um dos países da Europa ocidental, onde já existia um forte proletariado. Um atrasado país agrário, como a Rússia, onde o proletariado era minúsculo, não se encaixava no quadro. Marx não planejava a mudança por meio de grande violência. Pelo contrário, enquanto trabalhava no gabinete de leitura do Museu Britânico, financiado por seu amigo Friedrich Engels, que era dono de uma fábrica em Manchester, Marx pensava em processos sociopolíticos que amadureceriam por si próprios e que algum dia resultariam na evolução, “como uma maçã caindo do galho”. Com isso em mente, não é sem razão especular que ele se reviraria no túmulo se pudesse ter visto o que os bolcheviques fizeram de suas teorias na prática.

e do próprio HOBBSAWM (1995: 366):

Nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista estava presente nessa enorme massa de território que era praticamente um sinônimo de atraso econômico e social na Europa. Os fundadores do marxismo supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo.

¹⁰FIGES, Orlando. *A people's tragedy: the Russian Revolution, 1891-1924*. London: Penguin Books, 1998.

O sistema soviético representava uma forma *sui generis* de governo de classe. Dentro do modelo soviético, o estrato governista não constituía uma classe, no sentido pleno do termo. Por um lado, as forças de produção social eram dispostas pelo Estado-partido. Por outro lado, havia poderes e privilégios dos chefes de departamentos dentro do aparato do Estado-partido, porém eram estritamente vinculados ao próprio departamento - apenas de forma muito limitada podiam estender seus privilégios além dele. Esta era a principal razão de relutarem em abrir mão de seus departamentos, o que levou a uma tendência inerente de gerontocracia no sistema. Tais limitações do sistema soviético representariam um papel chave na determinação do padrão de desenvolvimento da *perestroika*, conforme se verá a seguir.

A causa basilar da desintegração do sistema soviético stalinista esteve na falha em atender às necessidades básicas de subsistência da população, situação que era agravada pelo insaciável apetite por recursos do aparato militar. O objetivo de Stalin¹¹, chefe de Estado por mais de um quarto de século (1924 – 1953), era criar um império socialista invencível, protegido em todos os flancos. Para isso se valeu de uma ideologia poderosa, do nacionalismo e de uma engenharia social que visava à remodelagem das sociedades e da elite. Foi Stalin quem introduziu a uniformidade da industrialização estatal e dos partidos. Ao mesmo tempo, eliminou as liberdades civis, a riqueza, a cooperação e a dignidade humana, oferecendo como recompensa a ilusão de uma justiça social. A pirâmide de fé e ilusões era coroada pelo culto ao próprio Stalin, o “líder infalível”, cuja morte produziu uma esperada crise de legitimação.

¹¹Na violenta luta interna por poder que se seguiu após a morte de Lenin, foi Stalin, naturalmente, quem triunfou. É dito – e vamos aceitar como verdade para efeitos imediatos – que Stalin tinha uma personalidade paranoica. Mas, dados os eventos antes que ele assumisse o poder e até 1939, e então a partir de 1945, suas suspeitas sobre o ocidente devem ser vistas como “paranoia realística”. A natureza dos chamados “planos quinquenais” de Stalin, que objetivavam a rápida industrialização do país e a coletivização da agricultura, era uma clara resposta aos seus temores.

DOWD, Douglas Fitzgerald. *Capitalism and its economics: a critical history*. London: Pluto Press, 2000. P. 102.

De qualquer forma, nos 40 anos que se seguiram à Segunda Guerra, os líderes soviéticos e as elites lutaram para preservar e expandir o grande império socialista que emergira como consequência da guerra. A despeito das terríveis perdas pessoais e materiais durante a guerra terem consumido todas as forças da sociedade soviética e alimentado o desejo por uma paz duradoura e uma vida mais aprazível, estes mesmos fatores reforçaram o ânimo entre as elites soviéticas, certas de que o país *deveria e poderia* ser um império global. Neste conjunto de condições, o império socialista soviético foi construído e defendido em nome da ideologia anti-imperialista e revolucionária.

As promessas da ideologia leninista – luta global contra as desigualdades, contra a opressão e a exploração; a solidariedade internacional contra as vítimas do racismo e do colonialismo e uma melhoria radical nas condições de vida das massas trabalhadoras – permaneceram escritas nos *banners* e nos programas do partido. Contudo, o que se observava no dia-a-dia dessas massas era uma profusão de acidentes e ferimentos causados pela falta de equipamentos, normas e recursos adequados. Os problemas de saúde também eram uma constante, causados ou pelo frio ou pela exposição a agentes tóxicos. De fato, qualquer processo produtivo que envolvesse a liberação de gases ou partículas tóxicas representava uma ameaça real, pela falta de vestimentas protetivas e sistemas de ventilação adequados.¹²

O próprio regime de trabalho nos empreendimentos soviéticos era inadequado. Consistia em um sem-número de fábricas, cada qual dividida em grandes setores que eram por sua vez subdivididos em seções e departamentos. A coordenação entre as diferentes unidades era ruim. Em uma mesma seção os trabalhadores tinham que lidar com equipamentos de variadas gerações tecnológicas e diferentes estados de conservação. As quebras eram frequentes e imprevisíveis. Algumas partes do processo produtivo eram altamente mecanizadas, enquanto outras, particularmente relacionadas a operações auxiliares, como

¹²FILTZER, Donald. *Soviet Workers and Late Stalinism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 212

manutenção, eram quase que totalmente manuais - disparidade entre as partes do processo que levava a constantes engarrafamentos e lentidões. Os suprimentos, fossem de matéria-prima ou de componentes semiacabados, chegavam com atraso e em quantidades inadequadas. A qualidade, de materiais e equipamentos, era ruim, e boa parte do tempo era dispendida para corrigir defeitos.¹³

Quanto à carga horária, até 1940 a indústria soviética aplicava o regime de 42 horas semanais, divididas em 6 jornadas de 7 horas diárias. Em junho de 1940, o trabalho diário foi estendido para 8 horas, ao mesmo tempo em que as faltas e saídas sem autorização oficial foram transformadas em crime – a disciplina no local de trabalho foi substancialmente endurecida durante o esforço de guerra, assim como o direcionamento da produção. Após o conflito, contudo, permaneceram os abusos – um dos mais comuns era o cancelamento de feriados oficiais. A atuação sindical era nula – em 3 de maio de 1952, o diretor de uma indústria de aço em Voronezh, com o conluio do sindicato, convocou os trabalhadores, que “decidiram” que o dia seguinte, oficialmente um feriado, seria considerado dia normal de trabalho¹⁴.

A despeito de tais perversidades, deve-se fazer, de qualquer forma, uma ponderação. Embora a retórica da *perestroika* tenha se baseado na eficiência econômica e na recuperação tecnológica, que de fato representariam avanços, seus momentos dominantes foram aqueles de democratização populista e desestatização, seguidas pela privatização e pela estabilidade política. A democratização populista foi o mecanismo pelo qual as gerações mais jovens, cujas carreiras tinham sido paralisadas pela gerontocracia, puderam ascender ao poder. A desestatização foi o mecanismo pelo qual se apropriaram do que antes possuía interesse público, amparados na premissa de ocuparem cargos públicos democraticamente

¹³Idem, ibidem. P. 213

¹⁴Idem, ibidem. P. 217

responsáveis. A privatização foi o meio pelo qual asseguraram sanção judicial que protegesse sua apropriação, e a estabilidade política o meio pelo qual blindaram a si mesmos contra a necessidade de qualquer retribuição de caráter público.

Todos estes desenvolvimentos, longe de resolver o problema da economia soviética, lançou o país em uma crise profunda, à medida que, conforme aponta Simon CLARKE (1996: 13), um sistema baseado na produção a expensas da apropriação da mais-valia, foi transformado em outro, baseado na apropriação da mais-valia e a expensas da produção. Pois, embora o processo de privatização tenha (em tese) criado uma classe potencial de detentores de propriedade, propriedade privada não é uma condição suficiente para a constituição de um sistema capitalista de produção social plenamente desenvolvido. Não se nega que capital comercial e dinheiro global tenham penetrado nas mais remotas partes da antiga União Soviética, e que estejam obtendo sucesso ao conseguir lucros via atividade financeira e comercial a uma taxa estonteante. Mas, conforme já discutido, o capitalismo não é simplesmente um sistema destinado à apropriação da mais-valia. A característica marcante do modo de produção capitalista é que este é baseado na sistemática *produção* de mais-valia, na forma de um valor adicional. E para ocorrer o movimento, da apropriação da mais-valia para a produção dela, o capital tem que se mover da esfera da simples troca de *commodities* e circulação monetária para a esfera da produção. E este não é um movimento que ocorre da noite para o dia. No mundo capitalista a real submissão do trabalho sob o capital começou no século 18, mas foi aprimorada apenas gradualmente, através de um longo processo de lutas, com o capital continuamente tentando controlar a produção. Além disso, esta é uma luta permanente, que nunca estará definida, uma vez que jamais poderá ser superada a contradição existente entre a aspiração do capital em subordinar o processo produtivo, visando à produção de mais-valia, de um lado, e a necessidade que o capital tem de confiar na inteligência, habilidade e criatividade dos trabalhadores em produzir

as *commodities* nas quais aquela mais-valia estará embutida, do outro¹⁵. E, conforme já discutido, enquanto as mudanças na esfera do comércio e das finanças têm sido dramáticas, a esfera da produção da Rússia atual ainda não experimenta o mesmo ritmo de mudança. Da forma como está, mesmo a questão sobre os trabalhadores russos constituírem ou não uma classe trabalhadora está longe de ser fácil e incontroversamente respondida. Resultado colateral do colapso do Partido e da desintegração de suas estruturas ministeriais, sem que fossem compensadas pela emergência de um sindicalismo efetivo ou órgãos de participação democrática.

Por que o socialismo teórico não funcionou?

Conforme já se discutiu, a materialização do socialismo depende, teoricamente, da solidariedade e do altruísmo. Afinal, para caracterizar uma sociedade socialista é necessário que estejam presentes alguns elementos fundamentais: propriedade social dos meios de produção, monopólio do comércio exterior e planificação econômica, por exemplo, e não parece possível a existência de propriedade social sem solidariedade. Ambos, solidariedade e altruísmo, são substantivos que indicam desinteresse individual, preocupação com o bem coletivo, *um por todos e todos por um*.

¹⁵ Em *1984* (escrito em 1948), George Orwell procurava mostrar os perigos de um “*Big Brother*” controlando uma sociedade totalitarista, para a qual havia naturalmente correlações históricas nos estados totalitaristas do século 20. Os governantes de todas aquelas sociedades usavam a força e a violência como persuasão para adquirir e manter o poder. Em nenhuma das grandes potências capitalistas a força e a violência são diretamente usadas, tampouco alguma delas tem um “*Big Brother*”. Ele não é mais necessário. Já se vão muitos anos desde que Orwell escreveu seu romance, e poucos se lembrarão de seu trabalho. Um número ainda menor de pessoas estará ciente de uma advertência ainda mais remota do que estava por vir, e que chegou por volta da década de 1980: aquilo antevisto em *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, escrito em 1931. Neil Postman captura a diferença entre Orwell e Huxley:

“Na visão de Huxley, não é necessário um *Big Brother* para privar as pessoas de sua autonomia, sua maturidade e história. Como ele previu, as pessoas passarão a amar sua opressão, a adorar as tecnologias que anulam sua capacidade de pensar. (...) O que aflige as pessoas em ‘*Admirável mundo novo*’ não é o fato de elas estarem rindo ao invés de estarem pensando, mas o fato de elas não saberem do que estão rindo nem por que elas pararam de pensar.”

POSTMAN, Neil. *Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business*. New York: Viking Penguin, 1985. P. 8

Há sérias dúvidas da existência prática de tais formas de abnegação. Exemplos não faltam para sustentar esta tese. Conforme Richard DAWKINS (2007), a evolução humana, da forma como é conhecida, só ocorreu porque não há desprendimento nas atitudes humanas.

Tudo o que se faz tem um propósito, e este propósito é racionalmente individual e egoísta. É a natureza, daí que sequer pode ser reputada como um defeito. Trata-se de uma característica inata do ser humano, programado para apresentar características egocêntricas, e cujo egoísmo pode ser aprimorado, da mesma forma que o são outras características inatas, como a busca pela reprodução, pelo melhor parceiro, por comida etc. Todas elas, aliás, são inter-relacionadas, e têm como finalidade a sobrevivência e a multiplicação da própria linhagem. Uma vez que apenas os mais aptos neste jogo *passarão à próxima fase*, a evolução (uma forma de evolução) se manifestará como consequência.

Assim, considerando que solidariedade e altruísmo não são características inatas do ser humano (ou, ao menos, não são as mais relevantes), só seriam desenvolvidas se houvesse uma sanção pelo comportamento diverso. Em outras palavras, apenas se a solidariedade fosse compulsória é que ela seria praticada. Ou seja, o Estado, poder material, estabelecendo uma sanção, também material, contra os comportamentos não solidários. Fácil perceber que na iminência desta hipótese já se compromete o ideal de solidariedade e altruísmo. O fato de haver uma sanção significa justamente a inexistência deste ideal – significa que as pessoas querem algo, e só não vão adiante pelo temor da sanção. Conforme Hannah ARENDT (2007: 50):

(...) o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas e a suposta opinião única da sociedade educada nos salões, não deixa de governar por ter perdido a personalidade. (...) ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a <<normalizar>> os seus membros, a fazê-los <<comportarem-se>>, a abolir a ação instantânea ou a reação inusitada.

Ou seja, o fator motivacional primordial é egoístico, devendo ser refreado pelo temor da sanção. Seria uma tentativa de estabelecer uma doutrina pela imposição da sanção, o que desvirtuaria completamente a base teórica do socialismo – seria qualquer outra coisa, como de fato ocorreu nos pseudossistemas socialistas (as várias formas de comunismo, discutidas de antemão), com vários outros problemas e possibilidades, também já discutidos.

Contudo, uma segunda possibilidade deve ser analisada. Deve-se partir da suposição que há outros fatores motivacionais, não egoísticos, mais relevantes ao comportamento humano, o que mereceria uma experiência prática. Na verdade, tal experiência já foi realizada, já saiu do campo teórico e se materializou. É o que ficou conhecido como *Tragédia dos Comuns*. Trata-se de um tipo de armadilha social, notadamente voltada a questões de ordem econômica, envolvendo conflitos entre interesses individuais na utilização de recursos escassos disponíveis como um bem comum. O que se observou foi uma superexploração do recurso, que acabou estruturalmente condenado. A expressão (*The Tragedy of the Commons*) aqui se refere a pastos comunitários (em inglês, *Commons*) e foi utilizada originalmente pelo matemático William Forster Lloyd, em um livro de 1833 que tratava sobre população e a posse comunal em aldeias medievais. Mais tarde, em 1968, o conceito foi ampliado pelo ecologista Garrett Hardin no ensaio homônimo, publicado em 1968 na *Science*.

A teoria em si, contudo, parece remontar e Tucídides¹⁶ e Aristóteles¹⁷. Na teoria dos jogos, é algo semelhante ao Dilema dos Prisioneiros, porém envolvendo muitos agentes.

¹⁶ Tucídides expressou o conceito desta forma: "Eles dedicam uma porção muito pequena de tempo para a consideração de qualquer objetivo público, e a maior parte na perseguição de seus próprios objetivos. Entretanto, imaginam que nenhum mal virá de sua negligência, isto é, a questão de alguém cuidar disso ou daquilo para eles; e então, pela mesma noção ser considerada por todos separadamente, a causa comum decai imperceptivelmente." Tucídides (c. 460 a.C.- c.395 a.C.), *History of the Peloponnesian War*, Livro I, Sec. 141; traduzido do grego por Richard Crawley (Londres: J. M. Dent & Sons; Nova York: E. P. Dutton & Co., 1910).

¹⁷ Aristóteles exprimiu o conceito desta forma: "Que todas as pessoas chamem sua a mesma coisa no sentido em que o fazem, pode ser algo excelente, mas é impraticável; ou se as palavras são assumidas noutra sentido, tal

Na prática, demonstrou-se que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito (no caso, campos de pastagens) acabam por condenar estruturalmente o recurso devido à superexploração. Assim acontece porque os benefícios da exploração aumentam para indivíduos ou grupos, e cada um deles é motivado a maximizar o uso do recurso até o ponto de se tornarem dependentes dele, ao mesmo tempo em que os custos da exploração são rateados entre todos aqueles para os quais o recurso está disponível. Uma vez que há benefícios individuais, a demanda pelo recurso aumenta, o problema se agrava e a situação evolui irremediavelmente para o exaurimento do recurso. Como um exemplo mais prosaico, têm-se os condomínios de apartamentos no qual os gastos com água e esgoto são rateados de forma indiscriminada entre todos os condôminos. Via de regra, os gastos tendem a ser exacerbados. Quanto mais condôminos existam, mais o problema se agrava, uma vez que sequer é possível a vigilância moral – cada indivíduo é um *homem das multidões*¹⁸, protegido pelo anonimato. Normalmente os condôminos acabam por optar, em assembleia, como tentativa de conter os gastos elevados, pelo pagamento individualizado.

E assim o socialismo não prosperou. Na verdade, sequer foi tentado. Ninguém tentou ainda viabilizar o que parece ser naturalmente inviável em escala global. É opinião de muitos autores, embora o tema não esteja pacificado, que as experiências de socialismo real que o mundo experimentou possuíam, do conceito teórico, apenas o apelo ideológico, que se mostra como panaceia para as injustiças sociais. Nas palavras de ARENDT (2007: 100), *uma sociedade completamente <<socializada>>, cuja única finalidade fosse a sustentação do*

unidade de forma alguma conduz à harmonia. E há outra objeção à esta proposta. Aquilo que é comum para muitos recebe o mínimo de cuidados. Todos pensam principalmente em si mesmos, dificilmente no interesse comum; e somente quando ele preocupa-se enquanto indivíduo. Além de outras considerações, todos estão mais inclinados a negligenciar o dever que espera que outro cumpra; como nas famílias, muitos serviços são freqüentemente menos úteis do que uns poucos."Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), *Política*, Livro II, Capítulo III, 1261b; traduzido do grego por Benjamin Jowett em *The Politics of Aristotle: Translated into English with Introduction, Marginal Analysis, Essays, Notes and Indices* (Oxford: Clarendon Press, 1885), Vol. 1 de 2.

¹⁸ POE, Edgar Allan. *Assassinatos na rua Morgue e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

processo vital – e é este o ideal, infelizmente um tanto utópico, que orienta as teorias de Marx.

ECONOMIA E FATORES DE PRODUÇÃO

Das ideias de Paul HEYNE (2008: 393), infere-se que uma economia ou sistema econômico é um sistema social através do qual as pessoas cooperam, utilizando-se daquilo que possuem para obter aquilo que desejam. É esta a função de qualquer sistema econômico: moderno ou primitivo, capitalista ou socialista, democrático ou oligárquico, organizado ou confuso. Embora haja uma enorme diferença quanto à efetividade, todas as economias são sistemas de interação social, pelos quais as pessoas são induzidas a trabalhar, a consumir, a poupar, a investir, a arriscar. De tudo um pouco e, naturalmente, através de meios específicos, concretos.

As economias são incrivelmente complexas. Na verdade, são complexas ao ponto de serem ingerenciáveis. Contudo, deve-se notar que há coisas que, apesar de ingerenciáveis, ainda assim funcionam satisfatoriamente. Nem tudo que funciona a contento é gerenciável. De fato, há sistemas que parecem funcionar simplesmente porque não podem ser gerenciados - nenhum gerente poderia dispor de toda a informação necessária para o efetivo funcionamento do sistema; assim, qualquer intromissão poderia ser mais prejudicial que benéfica - a economia moderna parece ser um bom exemplo, embora, naturalmente, aqui a economia seja considerada em sentido amplo, uma concatenação de todas as economias existentes. Afinal, não parece haver, de fato, economia isolada no mundo atual; não de forma relevante, não como regra.

Assim, abre-se, aqui, um parêntese. Não significa que medidas de contingenciamento locais devam ser abolidas. Aliás, é precisamente o contrário, pois são elas que proporcionam certo equilíbrio ao sistema e, *ultima ratio*, são a única garantia de um combate contra as perversas desigualdades sociais. Pugna-se, neste trabalho, pela ativa participação do Estado na condução de uma política econômica que seja efetiva contra tais

desigualdades, não se deixando que a justiça social seja uma mera (e eterna) promessa do mercado, conforme se verá nos capítulos seguintes.

Parêntese fechado. Qualquer que seja o sistema adotado, capitalismo ou socialismo, a simples existência da economia implica na existência de fatores de produção, elementos básicos para a produção de bens e serviços. Tradicionalmente, desde Say, são considerados fatores de produção a terra (terras cultiváveis, florestas, minas), o homem (trabalho) e o capital (máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas). Atualmente, costuma-se incluir mais dois fatores: organização empresarial e o conjunto ciência/técnica (pesquisa)¹⁹.

A diferença fundamental entre esses dois sistemas é a retenção pelo Estado dos elementos do capital, no socialismo, e a retenção por particulares, no capitalismo. Pode-se perfeitamente afirmar que não há, na prática, Estado totalmente capitalista. Por conseguinte, também não é possível encontrar socialismo puro. Da mesma forma, é possível afirmar, de modo adequadamente incontroverso, que são esses dois sistemas (ou doutrinas) os únicos utilizados na economia e nas relações de capital e trabalho em geral. Qualquer outro será um subsistema dos dois, conforme tenda mais para um ou para outro, adotando, como é de se esperar, uma nomenclatura ligeiramente diferente – socialismo cristão, socialismo de guilda, socialismo de mercado, social anarquismo, capitalismo consumidor, capitalismo de Estado, capitalismo humanístico, anarco-capitalismo, sociocapitalismo, capitalismo tardio etc.

¹⁹ SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. p. 235.

KEYNESIANISMO

Filho de um economista de Cambridge, John Maynard Keynes pode ser visto como um analista e defensor do capitalismo gerenciado, o homem que mostrou de que forma as perigosas flutuações prejudiciais à atividade empresarial poderiam ser atenuadas por meio de bem planejadas ações governamentais, o que faria a economia de mercado trabalhar com mais eficiência. Um aspecto da ordem e da estabilidade da sociedade britânica em sua juventude e idade adulta foi a moeda, a libra esterlina, que estava vinculada ao ouro desde o final do século 17 e tinha praticamente o mesmo valor (em termos de poder de compra), tanto em 1910 como 200 anos antes. Quando Keynes começou a teorizar sobre crédito e dinheiro, a maioria das pessoas tinha plena convicção que o valor do dinheiro seria o mesmo ao longo de suas vidas. Contudo, a estabilidade da moeda britânica foi abalada pela Primeira Guerra, quando o governo recorreu à fabricação de moeda para financiar os gastos militares. O resultado foi uma severa inflação, que levou a uma grande diferença entre os custos do trabalho na Inglaterra e nas nações competidoras, à suspensão do padrão-ouro e à desvalorização da libra frente ao dólar dos EUA. A questão central para a política econômica em 1919 era se a Inglaterra deveria retornar ao padrão-ouro e, se fosse o caso, qual a taxa de conversão que deveria ser adotada.

Keynes defendia a substituição do padrão-ouro por uma moeda gerida, com a tarefa de gestão sendo, essencialmente, o controle do nível de crédito bancário (e dos depósitos bancários, que constituíam a maior parte do dinheiro), por meio de um número de instrumentos que apenas começavam a ser compreendidos. A taxa bancária - taxa de juros definida pelo Banco da Inglaterra em suas atividades no mercado financeiro - era uma arma tradicional e de poder considerável. Mas Keynes também foi atraído para a prática de influenciar nas reservas dos bancos por meio de operações no mercado aberto, algo que estava sendo desenvolvido nos EUA pelo recém-criado *Sistema da Reserva Federal*, sob a liderança

de Benjamin Strong. (A *Federal Reserve* foi fundada em 1914 e era, portanto, uma instituição muito mais jovem do que o *Bank of England*). Keynes não tinha dúvida de que a estabilização da moeda seria vital para a preservação da economia de mercado.

Em 1936 Keynes publicou sua *Teoria geral do emprego, juros e dinheiro*, livro que é geralmente considerado como o marco fundacional da macroeconomia moderna. De fato, é frequentemente descrito como o maior livro sobre economia do século 20.

A mensagem da *Teoria geral* era *dinamite política*²⁰. Implicava que os governos tinham o direito de nacionalizar indústrias estratégicas, pois isso tornaria mais fácil e efetivação de políticas públicas que buscassem evitar a instabilidade econômica e reduzir o desemprego. Adicionalmente, Keynes considerava um equívoco contar exclusivamente com a antiga técnica de taxa bancária (e mesmo com algumas das novas técnicas da política monetária estadunidense), algo que parecia perfeitamente adequado na economia predominantemente privada da era vitoriana.

Mas, a contribuição de Keynes é muito mais substancial do que a sua (por vezes) superestimada *Teoria geral*, a qual, embora não sendo perfeita, com todas as suas ambigüidades e complexidades, estimulou uma revolução no pensamento macroeconômico. A *Teoria* representa apenas uma fração de tudo o que ele escreveu sobre economia. Sua obra inclui um importante livro sobre a teoria da probabilidade, ensaios biográficos e dezenas de artigos temáticos sobre política e cultura.

Talvez, ainda mais significativo: caso os líderes mundiais tivessem dado ouvido às suas lições, muito do sofrimento pelo qual o mundo passou poderia ter sido evitado. Na opinião de HOBBSAWM (1995: 38, 43 e 111):

²⁰ CONGDON, Tim. *Keynes, the Keynesians and Monetarism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2007. P.46

A vitória total (na Primeira Guerra), ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinou as escassas possibilidades existentes de restaurar alguma coisa que guardasse mesmo fraca semelhança com uma Europa estável, liberal, burguesa, como reconheceu de imediato o economista John Maynard Keynes. Se a Alemanha não fosse reintegrada na economia europeia, isto é, se não se reconhecesse e aceitasse o peso econômico do país dentro dessa economia, não poderia haver estabilidade. Mas essa era a última consideração na mente dos que tinham lutado para eliminar a Alemanha. (P. 38)

Talvez a guerra seguinte (a Segunda Guerra) pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de prósperos crescimentos e expansão econômicos. (P. 43)

(Contudo) O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado, (...) (e) Uma teoria alternativa à economia de livre mercado em bancarrota estava ainda em elaboração. General theory of employment, interest, and Money – Teoria geral de emprego, juro e dinheiro, de J. M. Keynes, a mais influente contribuição a ela, só foi publicada em 1936. (P. 111)

A influência das teorias de Keynes diminuiu na década de 1970, devido à estagflação e às críticas de Milton Friedman, Robert Lucas Jr., Friedrich Hayek e outros economistas menos otimistas sobre a capacidade da política intervencionista do governo em regular a economia de forma positiva. Contudo, o advento da crise financeira global em 2008 fez ressurgir o apoio à economia keynesiana entre alguns políticos.

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

As doutrinas neoliberais foram desenvolvidas e disseminadas como uma reação ao keynesianismo dominante no período pós-guerra, que alegadamente superenfatizava o papel do Estado na condução de medidas contra as crises econômicas. Como resultado, o neoliberalismo é muitas vezes interpretado como uma retração/recuo do Estado, e algumas facetas do neoliberalismo são de fato celebradas porque desafiarão Estados vistos anteriormente como *disfuncionais e sufocantes*²¹.

Os atores principais no mundo neoliberal são as corporações multinacionais. O poder das multinacionais provém de uma acumulação massiva de capital, o que possibilita uma série de estratégias econômicas. Somadas às patentes e outros mecanismos monopolísticos que criam relações de dependência, as multinacionais podem explorar o trabalho barato do terceiro mundo, eliminar a competição, saturar mercados locais não orientados à exportação, e impor políticas de preços aos produtores que são fora de proporção com os custos locais de produção. A autonomia das multinacionais aumenta à medida que aumenta seu poder de negar a autonomia alheia.

Conforme Gwyn WILLIAMS (2008: 105), a organização neoliberal global é, portanto, essencialmente um exercício de poder e dominação.

Muitos consideram a ênfase na globalização como um meio de se esconder a fonte real da desigualdade e da opressão, que é o capitalismo. Afinal, é o capitalismo que reduz tudo ao dinheiro. O problema reside na dificuldade de se criar alternativas ou lutar contra ele.

Os termos “capitalismo” e “globalização” são utilizados quase que como equivalentes. E, quando se fala de capitalismo, muitas vezes se está referindo à globalização neoliberal. E é em relação à dimensão neoliberal que são feitas as críticas mais contundentes.

²¹SMITH, Adrian; STENNING, Alison e WILLIS, Katie. *Social Justice and Neoliberalism: Global Perspectives*. New York: Zed Books, 2008. P. 235-6.

É a falta de limites impostos ao capital que lhe permite crescer, converter todas as coisas em *commodities*, explorar, lucrar e acumular um poder opressivo e amedrontador.

O capital em si mesmo parece ser menos problemático que sua regulação e controle - em vez de situar a fonte das desigualdades nas relações de produção ou na apropriação da mais-valia, muitos a colocam na falta de controle sobre o capital.

Na opinião de David HARVEY (2007: 168), a globalização ocorre através de um exercício de dominação dos poderosos sobre os subordinados. Há dominação no interesse de uma minoria, da classe que governa.

O que é interessante é que o centro de tudo é uma forma genérica de dominação. A dominação de classe como Marx a entendia – algo dependente do capital e do trabalho assalariado – funde-se, para muitos, em uma forma de dominação mais genérica. Capitalismo e globalização então se tornam virtualmente a mesma coisa, conforme aponta Gwyn WILLIAMS (2008: 105).

Tem-se então um capitalismo atual dominado por dois processos interativos: um aumento fulminante na concentração de poder econômico, centralizado especialmente nas gigantes transnacionais, e uma igualmente fulminante intensificação desta globalização, ocorrida a partir da década de 1970, a princípio timidamente. Conforme aponta Douglas Fitzgerald DOWD (2000: 170), para se valer do dinamismo e da velocidade desses processos, era naturalmente essencial que os governos ao redor do mundo permitissem e mesmo encorajassem tais processos. Para DOWD (2000: 172), “Globalização” é ao mesmo tempo uma tendência e uma ideologia. Como uma tendência objetiva, a globalização implica em um aprofundamento e um fortalecimento do comércio, dos mercados financeiros e sistemas de produção através das fronteiras nacionais. Impelindo esta tendência há mudanças institucionais liberais, que fortalecem a integração dos circuitos de comércio, finanças e produção. É precisamente neste ponto que um princípio basilar é frequentemente esquecido

pelo Estado - a situação dos trabalhadores não pode ser reduzida a condições econômicas – há o apelo da dignidade humana, que deve prevalecer sobre qualquer outro.

A globalização implica em um grau maior de convergência nos mercados e instituições, e um grau maior de homogeneização de movimentos disfuncionais tais como crises econômicas, as quais rapidamente se movem através dos limites geográficos nacionais. Mas, como se trata de uma ideologia, os adeptos da globalização se apegam na inevitabilidade e na atratividade das tendências acima descritas, que caminham na direção de uma integração, e negam a existência de movimentos disfuncionais que resultam desta tendência.

As implicações para os sistemas de bem-estar social não são imediatamente evidentes. A globalização implica em uma redução no papel do Estado-nação, e o Estado-nação tem sido a base de muito do que ocorreu nas políticas sociais no século 20. Há aqueles que pensam que a marcha para a globalização é fundamentalmente oposta ao bem-estar social: de SWAAN (1992: 3351) tem argumentado que o bem-estar social é, em sua raiz, um fenômeno nacional, e que não pode ser estendido além da fronteira do Estado. JESSOP (1994: 264), em uma definição fulminante, refere-se ao esvaziamento do Estado:

Embora os Estados tenham retido a aparência de soberania, na verdade eles perderam o poder tanto para as regiões subnacionais quanto para as organizações internacionais. Há uma confiança crescente em organizações não estatais para a provisão de bem-estar social.

Esta confiança, contudo, está longe de ser correspondida. Mesmo porque, como já era esperado, tem-se que, na distribuição dos frutos colhidos, a economia global não é de fato globalizada – conforme MULLARD e SPICKER, (1998: 119), 80% dos negócios estão localizados dentro das cinco maiores economias industriais mais avançadas, e 80% do investimento direto estrangeiro também estão dentro destes limites.

A economia globalizada pode ainda ser utilizada como uma desculpa para a inércia do Estado - em um sistema mundial globalizado, o Estado abdica da responsabilidade por áreas sociais em geral (como política de empregos), mas retém a responsabilidade pela lei e pela ordem, e também a jurisdição territorial como um meio de controlar a migração de trabalhadores nas fronteiras internacionais. Assim, de acordo com HIRST e THOMPSON (1996: 95), o conceito de globalização é uma dádiva para os pensadores políticos, tanto de esquerda quanto de direita. Para a direita, a globalização confirma a necessidade de se criar um mercado de trabalho competitivo, desregulado, mais privatizado, reduzindo o papel do Estado e reduzindo a taxaço. Em contraste, a globalização confirma, para a esquerda, a fraqueza do governo e as limitações da política reformista e revisionista.

Todo o problema e, mais importante, o vislumbre de uma solução, parecem fluir das palavras sempre lúcidas de Amartya SEN (2002), em seu prefácio à obra *Rigged rules and double standards: trade, globalisation, and the fight against poverty*, e essa solução depende de uma reforma política de base. No prefácio, o autor não se olvida do fato de que a interação global, e não o isolamento, é que tem sido a base do progresso econômico no mundo – “*O comércio, junto com a migração, a comunicação e a disseminação do conhecimento técnico e científico tem ajudado a quebrar o domínio da pobreza desenfreada e da persistência de vidas ‘doloridas, brutalizadas e curtas’ ”*que caracterizaram o mundo. Pondera, contudo, que a despeito de todo o progresso, a vida *ainda é* severamente penosa para uma grande parte da população mundial, pois as grandes recompensas do comércio globalizado vieram para alguns, mas não para outros. Sem adverte sobre a imperiosa necessidade de criação de condições que permitam o compartilhamento dos enormes benefícios do comércio de forma mais justa. Pergunta se isto pode ser feito sem destruir a economia do mercado global e apresenta, como resposta, um enfático sim, pois não tem dúvida de que o uso da economia do mercado é consistente com muitas das diferentes distribuições de recursos e regras de

funcionamento (tais como leis de patente e regras antitrustes), permitindo condições favoráveis de participação na economia de mercado (como educação básica e saúde). Avalia que, dependendo dessas condições, a economia de mercado poderia gerar preços diferentes, termos de comércio distintos, distribuições diversas de renda e, mais genericamente, diferentes resultados gerais, e uma mudança institucional e uma reforma política poderiam alterar radicalmente os níveis atuais de desigualdade e pobreza, sem destruir a economia global.

A assertiva de Amartya Sen, de que a vida *ainda é* severamente penosa para uma grande parte da população mundial, encontra um eco profundo no relato abaixo:

“Temos trabalho, mas não dignidade”: a indústria de flores na Colômbia²²

As planícies elevadas na região conhecida como Savana de Bogotá, ao redor da capital colombiana, são o coração de uma indústria de exportação maciça que cresceu durante a década de 1990. A Colômbia é atualmente o segundo maior exportador de flores do mundo, atrás apenas da Holanda. As gigantescas estufas que pontilham a região geram cerca de 600 milhões de dólares por ano em exportações, sendo responsáveis por metade das flores vendidas nos EUA.

Aproximadamente 80.000 mulheres trabalham nas estufas da Savana, tomando conta de craveiros e roseiras. Em média, cada trabalhadora colhe diariamente cerca de 400 cravos. Durando períodos de pico, como as comemorações do Dia dos Namorados e do Dia das mães, o número pode dobrar. As flores colhidas em um dia de trabalho são vendidas nas lojas dos EUA e da Europa por 600 a 800 dólares. A mulher que as colheu irá ganhar um salário mínimo pelo trabalho de pouco menos de 2 dólares. Mesmo com o pagamento de horas extras, e trabalhando 10 horas por dia, a maior parte das trabalhadoras ganha uma quantia que as deixa precariamente próximas da linha de pobreza.

As trabalhadoras têm sérias preocupações com as condições de emprego e segurança. Testes obrigatórios de gravidez são comuns antes da contratação. E, cruel ironia para uma indústria que gera tantos lucros a partir do Dia das mães, as demissões têm se tornado uma prática padrão para evitar o pagamento pelos empregadores de auxílio maternidade.

²²ENDERWICK, Peter. *Globalization and Labor*. New York: Chelsea House Publishers, 2006. P. 38.

Há uma constante exposição a riscos agudos de saúde pública devido ao uso de agrotóxicos. O solo é esterilizado com o uso de brometo de metila (gás tóxico) e as flores são intensamente borrifadas com fungicidas, inseticidas e nematicidas. Um quinto dos produtos químicos utilizados nas estufas é cancerígeno ou são toxinas que, por razões de saúde, tiveram uso restrito nos EUA. As trabalhadoras borrifam dicloropropeno, categorizado pela Organização Mundial de Saúde como cancerígeno, sem qualquer roupa de proteção, apenas com um lenço cobrindo a boca. Estudos médicos mostram que dois terços dos trabalhadores da indústria de flores da Colômbia sofrem de males associados com a exposição a pesticidas, variando de náusea e conjuntivite a dores musculares e abortos. Como uma trabalhadora disse: “Eu conheci a pobreza antes de trabalhar na indústria de flores. Mas foi nas estufas que eu aprendi o significado do medo e da humilhação. Aqui temos trabalho, mas nenhuma dignidade.”

É inegável que a competição entre os países em desenvolvimento para atrair investimentos internacionais e trabalho subcontratado está encorajando os empregadores nestes países a erodir direitos do trabalho, a explorar de forma mais intensiva o trabalhador e a aumentar a parcela de trabalho informal não regularizado.

Conforme Peter ENDERWICK (2006: 38), na América Latina cerca de 55% da força de trabalho não-agrícola compõe a economia não regulamentada ou informal. Na Ásia a faixa é de 45% -85% por cento, enquanto a média é de quase 80% por cento na África. Muitos desses trabalhadores são mulheres, que constituem 90% por cento dos trabalhadores fora da agricultura na Índia e na Indonésia e dois terços na Coreia do Sul. Enquanto mundialmente as mulheres têm sido desfavorecidas de diversas maneiras no mercado de trabalho - tradicionalmente têm salários mais baixos, maior instabilidade no emprego e sindicalização limitada - essas desigualdades tendem, no geral, a serem agravadas pelos processos de globalização.

E a situação não é muito diferente mesmo nos países desenvolvidos. Um estudo conduzido pela firma de consultoria McKinsey²³ concluiu que para cada dólar de custo que as empresas estadunidenses alocam em outros países, os EUA gozam de benefícios líquidos entre US\$1,12 e US\$1,14. Em boa parte isto advém da capacidade em alocar recursos (inclusive pessoas) para processos mais produtivos. Mas, embora esta vantagem possa ser verdadeira em termos agregados, os benefícios não compensam diretamente aqueles que perderam seus empregos, que passaram um tempo considerável desempregados ou que acabaram conseguindo um novo emprego com salário mais baixo – de modo geral, tal “vantagem” representa, portanto, a precarização dos direitos do trabalhador.

²³AGRAWAL, Vivek; FARRELL, Diana. *Who wins in offshoring?* In: *Offshoring: understanding the emerging global labor market*. Editado por Diana Farrell. Boston: Harvard Business School Press, 2007. P. 63

TEORIA DOS JOGOS, JUSTIÇA SOCIAL E RELAÇÃO DE EMPREGO

Por que os países insistem em obter armas nucleares? O que significa uma repartição justa de impostos sobre a propriedade em uma comunidade? Os exércitos deveriam ser divididos, e de que maneira, a fim de atacar mais de um alvo? Como deveria correr um rato para evitar a captura por um gato? Por que as conspirações quase sempre fracassam? Qual a porcentagem de jogadas ofensivas no futebol que deveria ser passes, e que porcentagem de jogadas defensivas deveria ser bloqueios? De que forma os bens de uma empresa falida devem ser atribuídos aos devedores? Estas são questões que a teoria dos jogos pode responder. A teoria dos jogos surge em quase todas as facetas da interação humana (e não apenas humana). Cada interação envolve objetivos que são diretamente opostos, ou situações nas quais a possibilidade de cooperação se apresenta. A teoria dos jogos moderna é uma área da matemática com aplicações na economia, na ciência política, na ciência militar, nas finanças, nas ciências biológicas (por causa de espécies competidoras e evolução) e assim por diante.²⁴

Conforme Iris Marion YOUNG (2000: 185), promover justiça social significa que as sociedades devem ter por objetivo estabelecer condições para o autodesenvolvimento que estejam disponíveis para todos, o que implica na correção de processos econômicos orientados apenas para o lucro e para o mercado.

Historicamente, o que se tem observado é uma constante luta entre empregadores e trabalhadores, com os embates invariavelmente relacionando-se a questões salariais, dimensionamento de jornada de trabalho e garantias e remédios contra o desemprego involuntário.

Tais dissensões entre empregadores e trabalhadores decorrem, no capitalismo, de uma relação de dominação explícita, com a conseqüente acumulação de capital, que obrigatoriamente tem como resultado uma desigualdade material perversa cuja real extensão dos efeitos é imprevisível, mas que em última análise está relacionada com as guerras, com

²⁴BARRON, Emmanuel N. *Game theory : an introduction*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2008. Prefácio

os crimes e com a barbárie generalizada, implicando, não raro, no total rompimento dos valores morais e coletivos das mais diversas culturas e sociedades. Ainda assim, há uma invulgar defesa deste modelo econômico (vide exposição sobre o neoliberalismo), advogando pela não interferência no mercado, o qual supostamente se autorregularia e apresentaria soluções de forma harmônica à medida que as demandas assim o exigissem. Qualquer interferência propositada, argumenta-se, tenderia a tornar as coisas ainda piores.

Mas, não há qualquer evidência histórica que demonstre uma viabilidade prática de tais assertivas. Não de forma ampla. Ao mesmo tempo, convém lembrar que o simples fato de tais questões serem discutidas indica a existência de um problema inquietante. Afinal, é só na medida em que existe um problema que são propostas alternativas; as pessoas, de modo geral, não são proativas, são reativas. Espera-se a manifestação do problema e então se busca uma solução. Carrega-se uma lanterna na popa, e não na proa, e os choques são inevitáveis.

A solução teórica proposta às mazelas do capitalismo seria o socialismo (tratado previamente neste trabalho), que foi experimentado em diversos momentos e lugares, em formas não puras, adaptadas conforme a realidade local. Se a justiça social é o objetivo do socialismo, pode-se afirmar categoricamente que esta doutrina foi um retumbante fracasso – inclusive significou, em muitos casos, e não muito diferente do capitalismo, a profunda degradação e o sacrifício de milhões de vidas (de modo literal. Apontam neste sentido os trabalhos de vários autores, como Orlando Figes, Richard Pipes, Martin Amis, Varlam Shalamov, A.I. Solzhenitsyn, Robert Service, Anne Applebaum, Robert Conquest, Simon Sebag Montefiore etc.).

O problema da economia capitalista é complexo porque envolve um jogo global que se desdobra em múltiplos níveis, com um número infinito de combinações e hipóteses interdependentes, sendo por isso mesmo impossível elaborar uma jogada que teoricamente

seja globalmente infalível – todos os indivíduos são jogadores, e suas jogadas possuem relação de interdependência com as dos outros.

De qualquer modo, como em qualquer jogo, há jogadores com tendência a utilizar de forma mais eficaz os meios disponíveis, seja pela utilização de mais ferramentas, seja pela capacidade de visão – é muito importante olhar o jogo de diferentes perspectivas, perceber as jogadas se desenvolvendo, ser flexível e ágil nas jogadas. Neste jogo, as ferramentas são como fichas, que todos anseiam, e representam, virtualmente, capital.

Há uma inerente incapacidade de qualquer jogador dispor de todas as informações a qualquer instante (inclusive porque as informações são interdependentes em relação aos movimentos, isto é, são por eles alterados), o que pode levar a situações locais de insustentabilidade do jogo. Não significa que o jogo global será afetado, mas é possível que a comoção interfira em vários níveis do jogo, com um aumento geral e indesejado de instabilidade – quanto mais estabilidade, mais as jogadas podem ser elaboradas de modo racional, mas, ainda assim, tudo acontecerá conforme a racionalidade individual. Assim, uma instabilidade pode efetivamente ser provocada propositadamente, em um certo nível do jogo, visando a um efeito em um outro nível, o que representa um complicador adicional. Não significa que aquele que induziu a instabilidade terá controle da situação, mesmo porque o provável frenesi provocado nos outros jogadores poderá desencadear situações extremadas de autodefesa, com consequências imprevisíveis.

Fácil deduzir, portanto, que se trata de um jogo com mais incertezas do que certezas. Também é fácil, portanto, perceber que qualquer mínima vantagem adicional dada a um jogador terá uma grande repercussão no jogo – representa um *handicap* que, para tornar o jogo mais justo com os demais, deveria ser contrabalanceado por um outro *handicap*. Perceba-se, neste ponto, que as vantagens podem ser muito explícitas ou muito sutis – dependem apenas da perspectiva adotada. De uma perspectiva extremamente ampla, olhando

de fora do jogo, fica difícil dizer que aquele que está tirando melhor proveito do jogo está em situação muito diferente daquele que está sendo constantemente vencido. O que se vê de fora é apenas um sem-número de jogadores, indistintos entre si.

Contudo, se a perspectiva for a partir de um ângulo mais prático e estreito, será percebida uma diferença abismal entre os resultados dos jogadores, com uma estupenda acumulação de capital pelos jogadores capitalistas; ou seja, uma situação de inequívoca desigualdade, pautada pelo individualismo.

As pessoas são mais ou menos hipócritas em aceitar esta realidade individualista. O Código Penal brasileiro, por exemplo, apresenta como uma das causas de exclusão de ilicitude o estado de necessidade²⁵, cujo exemplo mais conhecido é o da tábua de salvação. O ordenamento pátrio adotou a chamada teoria unitária. Logo, há estado de necessidade não só no sacrifício de um bem menor para salvar um maior, mas também no sacrifício de um bem de valor idêntico ao preservado - é o caso do homicídio praticado pelo naufrago para se apoderar da tábua de salvação. A descriminalização de tal conduta é apenas natural, pois as pessoas são naturalmente impelidas a salvar a própria pele, ainda que em detrimento da de terceiros.

Historicamente, percebe-se que a luta desregrada pela hegemonia tende a atingir proporções insustentáveis; tornou-se necessário o estabelecimento de regras que visavam conter a barbárie que, de modo geral, não era benéfica a ninguém. É provavelmente aí que surge o embrião do utilitarismo - indivíduos preocupados com o coletivo, mas apenas se houver vantagem individual em tal conduta. Afinal, o homem sempre foi um animal gregário, embora tal característica tenha se dado pela possibilidade dos benefícios individuais que ela proporciona.

²⁵ BRASIL. *Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.1940. Art. 23 *caput*, I e art. 24 *caput*.

De qualquer forma, as regras quanto às possibilidades no jogo, separando o que é permitido daquilo que é proibido, decorrem basicamente de dois temores: 1 o temor de uma sanção material, cujo gravame é superior ao possível benefício que o descumprimento da regra poderia proporcionar; 2 o temor de uma sanção sobrenatural, baseada em algo intangível, dependente portanto do dogma e da crença pessoal do indivíduo.

Tem-se, portanto, o Estado e a Igreja como fontes de coerção ao indivíduo. Ao longo dos séculos, não há como negar que o poder coercitivo da Igreja tem diminuído – há cada vez menos pessoas com medo de ir para o inferno.

Assim, o Estado deve estabelecer regras adicionais, uma vez que a vontade de descumprir regras é a mesma de sempre, e o temor por algumas sanções (aquelas de cunho espiritual) simplesmente desapareceu.

Trocando em miúdos, a justiça social, que depende da eliminação (ou ao menos da diminuição) das desigualdades, do fim da opressão dos fortes em relação aos mais fracos, de se evitar o caos que adviria do inato desejo de dominação do ser humano, está mais nas mãos do Estado que da Igreja. Deixar que o jogo se desenvolva sem qualquer tipo de regulamento significaria necessariamente admitir a eugenia, se não a própria destruição da espécie. No vernáculo do DoD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos - foi criado o conceito de *Mutual Assured Destruction*, por vezes chamado *Mutually Assured Destruction* – literalmente, destruição mútua assegurada. Significa que, na eventualidade de um embate entre dois oponentes (EUA e Rússia, por exemplo) fortemente armados com dispositivos de alto poder destrutivo (armas nucleares, por exemplo), o resultado seria o efetivo aniquilamento de ambas as partes. Daí surgiu a teoria da intimidação, e então, a corrida armamentista. Tal estratégia militar, tida pelos dois países como política de defesa nacional, é

um bom exemplo de equilíbrio de Nash²⁶, no qual qualquer um dos lados, uma vez que ambos estejam armados, não terá qualquer incentivo para se desarmar. A sigla do conceito é MAD, literalmente, “louco”, em inglês.

Os jogadores – o Estado, o capitalista e o trabalhador assalariado

Quanto à relação de trabalho no sistema capitalista, há, em um *microjogo*, a participação de três jogadores, os quais, analisando de forma mais ou menos superficial as hipóteses de sucesso individual, acordam entre si. Assim, há a projeção feita pelo empregador capitalista, baseada em seus valores e estratégias, e de modo semelhante há a projeção do trabalhador. Enquanto aquele busca como resultado a maximização de seu capital aplicado, este tem, como objetivo imediato, garantir a sobrevivência (pois, presumivelmente, não possui capital para investir como o empregador – fosse assim, em geral tenderia para o posto do primeiro, seja na forma de capitalismo mercantil, financeiro ou de produção, conforme já visto. Não sendo assim, precisa vender sua força de trabalho e, se possível, dela extrair seu meio de sobrevivência) e, de modo secundário, buscar a ascensão ou estabilidade social. Em outras palavras, aspira a um outro papel no jogo. O terceiro jogador é o representante do Estado, que obtém seus resultados via intromissão no jogo dos dois primeiros – joga, de qualquer maneira, de modo racional e individual; não se trata de mero espectador ou juiz, conforme se verá.

²⁶O conceito de solução mais comumente usado em teoria dos jogos é o de equilíbrio de Nash. Consiste na ideia de um estado de equilíbrio de um jogo de estratégia em que cada jogador tem a expectativa correta sobre o comportamento dos outros jogadores e age racionalmente. Ele não tenta examinar o processo pelo qual um estado de equilíbrio é alcançado. OSBORNE, Martin J. ; RUBINSTEIN, Ariel. *A course in game theory*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2004. P. 14

Como é de se esperar, as regras do jogo, deste jogo capitalista (e de modo amplo, não se considerando desacordos pontuais) são relativamente estáveis, embora permitam certa mobilidade, pois ocorrem mudanças teatrais, com os atores assumindo, à medida que o jogo avança, diferentes papéis, o que faz com que se submetam a regras também diferentes, pois, não importa em qual papel, sempre haverá racionalidade nas jogadas, com a constante busca pelo resultado individual mais favorável. Disto resultam eventuais conflitos, que podem levar à atuação de outros personagens, afetados indiretamente por estes conflitos, pois o jogo global não é hermeticamente fechado – é uma soma dos vários jogos individuais interativos, e a interação é o que permite a própria realocação de recursos e de posições, o que significa, em última instância, o sucesso e o insucesso (conceitos sempre pessoais) dos diversos jogadores.

Cumpramos ressaltar que há diferenças fundamentais na relevância de um mesmo papel (quanto à capacidade de alterar o desenrolar do jogo) conforme a perspectiva escolhida. Exemplificando: um jogador que parece ter um papel de destaque em seu *microjogo*, será perfeitamente visto como mero coadjuvante em uma perspectiva global. Não há, aqui, erro de julgamento. O que há são várias partidas sendo jogadas simultaneamente, que eventualmente interagem entre si, inclusive quanto aos jogadores, ainda que eles, conforme já explicado, assumam papéis de diferentes destaques conforme a amplitude do jogo. Disso também resulta que um jogador pode estar obtendo sucesso conforme seu próprio planejamento, e ainda assim ser visto como um jogador de jogadas mesquinhas e irrelevantes. Tudo depende do ponto de vista adotado, mas sempre há que se ter em conta que há algumas regras básicas que são universais:

1- todos os jogadores são racionais, buscam sempre realizar o que julgam que será a melhor jogada em dadas circunstâncias. Em outras palavras, todos buscam a vitória, não há sentimentos de que o importante é competir²⁷;

2- há erros de julgamento pelo simples fato de não ser possível, a qualquer jogador, ter o acesso a todas as informações do jogo, sobretudo às dos outros jogadores;

3- os objetivos dos jogadores não são necessariamente iguais entre si;

4- o que possibilita o acesso ao jogo é, em essência, a própria premiação que o vencedor recebe – dinheiro ou equivalente;

5- há jogadas do tipo soma zero, nas quais “o vencedor leva tudo”, e outras cuja soma não é zero. Ou seja, há equilíbrios de Nash variados;

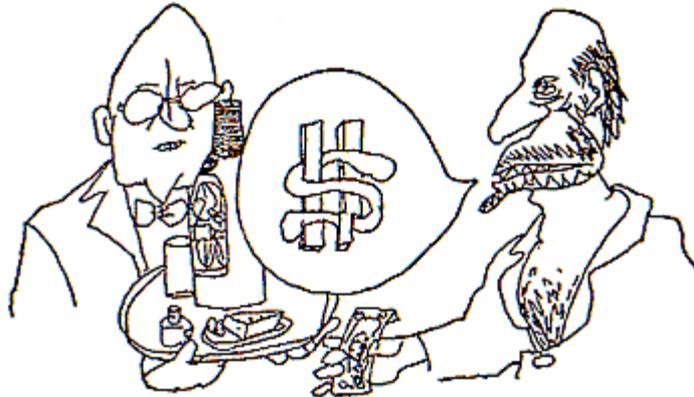
6- não há paradoxos no jogo – o que há são perspectivas não conhecidas e/ou exploradas, as quais, se viessem à tona, colocariam em um contexto próprio toda a racionalidade do jogo.

²⁷ *Show me a good loser, and I'll show you a loser. Mostre-me um bom perdedor, que eu te mostro um perdedor.* Vince Lombardi (1913 - 1970), primeiro treinador campeão do *Super Bowl*.

O Estado

O milagre econômico

À maneira dos... persas



Um mendigo surdo-mudo entrou num botequim e, com gestos fortes e significativos, pediu esmolas. Os fregueses, irritados em sua generosidade, recusaram. O mendigo ficou insistindo de mesa em mesa, até que o dono do botequim enxotou-o dali. O mendigo continuou pela rua afora, pedindo a todos os passantes do mesmo jeito. Uma hora depois, voltou, sentou com espalhafato numa mesa do botequim e gritou, para que todos ouvissem:

- Uma Brahma estupidamente!

O garçom trouxe a Brahma correndo, abriu e disse:

- Ué, como é? Você não era surdo-mudo? Ficou bom de repente?

E o mendigo respondeu:

- Que adianta a gente falar, quando não tem o puto de um níquel pra pedir uma Brahma?

MORAL: O DINHEIRO FALA MAIS ALTO.²⁸

O que, de fato, é o Estado? Para que serve? Se a resposta às perguntas indicar um conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação²⁹, poderemos pensar imediatamente no *Welfare State*,

²⁸ FERNANDES, Millôr. *Fábulas Fabulosas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1963. Ilustrações de Millôr Fernandes.

²⁹ *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* [CD-ROM], Instituto Antônio Houaiss, 2009, ISBN: 9788573029703.

*um conceito de governo no qual o Estado representa um papel-chave na proteção e promoção do bem-estar econômico e social de seus cidadãos, baseado nos princípios de igualdade de oportunidade, distribuição equitativa de riqueza e responsabilidade pública perante aqueles incapazes de prover a si mesmos com o mínimo para uma existência aprazível. O termo geral pode cobrir uma variedade de formas de organização social e econômica.*³⁰

Percebe-se de pronto, portanto, que o ente estatal alcança assim as relações de produção. Na lição de Wilson RAMOS FILHO (2010: 298)

o direito capitalista do trabalho se desenvolve a partir de distintas modalidades de intervencionismo estatal com características próprias, mas sempre objetivando organizar o modo como os bens são produzidos, a participação de cada classe social nos frutos do trabalho, ou seja, no acesso a recursos financeiros que permitirão o acesso a bens, e também no acesso ao poder político na sociedade.

Há, de fato, uma certa indistinção entre o político e o social. Nas palavras de Hannah ARENDT (2000: 42):

No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si. O fato de que a política é apenas uma função da sociedade – de que a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social – não foi descoberto por Karl Marx; pelo contrário, foi uma das premissas axiomáticas que Marx recebeu, sem discutir, dos economistas políticos da era moderna. Esta funcionalização torna impossível perceber qualquer grande abismo entre as duas esferas.

Tal indistinção, em um ambiente de exposição pública determinante ao representante estatal, torna razoável admitir que as instituições que compõem o Estado também são atores/jogadores. E como tais, que suas jogadas são individuais - indivíduo a indivíduo, o que resulta em jogadas diferentes face uma mesma situação, variando conforme os jogadores momentaneamente envolvidos e conforme o objetivo e o crédito de cada um. Afinal, conclui-se que os representantes do Estado também se interessam por dinheiro e

³⁰*Encyclopædia Britannica Online*. Encyclopædia Britannica, 2011. Referência obtida na Internet. <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/639266/welfare-state>>. Acesso em 25/09/2011.

poder (este significa um aumento na probabilidade de se conseguir mais dinheiro). Ainda conforme ARENDT (2000: 66):

(...) fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido; e o status, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome.

Não raro, a fim de conseguir crédito que possibilite a participação no jogo, o jogador estatal confunde ainda mais o público com o privado - pode facilitar certas jogadas a certos jogadores – via propina ou financiamento de campanhas eleitorais com certas promessas, por exemplo, em relação ao jogador capitalista, ou por meio de aprovação popular, que pode se dar a partir de um benefício direto proporcionado ao jogador trabalhador, como um aumento salarial, ou por meios indiretos, como a atração de investimento externo que resulta em novos postos de trabalho. Ainda conforme ARENDT (2000: 217):

Talvez nada em nossa história tenha durado tão pouco quanto a confiança no poder, e nada tenha durado tanto quanto a desconfiança platônica e cristã em relação ao seu espaço de aparência; e – finalmente, na era moderna – nada é mais difundido que a convicção de que <<o poder corrompe>>.

De qualquer forma, o motivador principal da jogada do ente estatal é a busca de seu próprio sucesso no jogo e, como qualquer um dos outros dois jogadores (o trabalhador e o capitalista), estenderá ao máximo sua permanência no jogo, pois isto aumenta suas chances de sucesso – mais jogadas envolvidas, e risco relativamente baixo, pois *joga com capital alheio*. Neste sentido, parece ser o jogador melhor posicionado. Daí que, curiosamente, muitos apontam para a monarquia como uma forma de governo mais bem-sucedida (financeiramente, por exemplo) que a democracia. Nada mais natural. Afinal o rei, sendo realista (sem trocadilho – realista no sentido de quem tem espírito prático), sabe que estará vinculado ao poder para sempre (presumivelmente). Portanto, uma vez que seu patrimônio muitas vezes se

confunde com o do próprio Estado, haverá uma busca pessoal por melhores condições ao reino, e por extensão, aos seus habitantes, pois, em última instância, um reino próspero significa necessariamente um rei também próspero, e habitantes prósperos significam paz social e ausência de revolução que poderia destronar o rei. O rei age precipuamente em benefício próprio, mas sabe que seu benefício está vinculado ao do súdito. Nos regimes democráticos, até existe a mesma linha de raciocínio, MAS: o chefe do Poder Executivo sabe que, em tese, não há confusão entre os patrimônios público e privado e, principalmente, sabe que seu mandato não é eterno. Assim, buscará amearhar seus resultados pessoais o mais rapidamente possível, pois terá no máximo (no caso brasileiro, por exemplo) dois mandatos para fazê-lo. Daí as campanhas alucinadas por reeleição, com promessas de todos os tipos ao trabalhador (afinal, é este o jogador que, neste momento, tem o maior poder de maximizar as hipóteses de sucesso do jogador estatal) e daí não ser acaso o fato de muitos governantes reeleitos, pouco antes do final do segundo mandato, agirem com total descaso com a coisa pública, pois há a ciência de que em breve não será mais possível participar diretamente do jogo, pois não poderão ser candidatos. Não sendo possível, não há motivos para agradar a quem quer que seja. Tal atitude leva em conta, naturalmente, a memória fraca do eleitor, que não mais se lembrará desses fatos na próxima eleição possível ao candidato em questão. Na prática, como o jogo se desdobra em muitos níveis, ocorre a tentativa forçada de se manter no poder pela via indireta - há os acordos com os outros poderes, formação de base aliada etc. Nada disso altera o fato de as jogadas terem, precipuamente, uma finalidade individualista. Qualquer efeito que delas advenha está em segundo plano, ainda que com consequências de grandes proporções, maiores que os objetivos individuais, pois, repise-se, é impossível aos jogadores estarem absolutamente certos da relação entre um possível movimento, uma jogada, e a conseqüente vantagem que dela advirá. O que há, naturalmente, são tendências, que, se concretizadas, têm seu efeito máximo no cenário mais próximo da jogada, ao mesmo tempo

em que perdem relevância e precisão (devido às outras interações) nos cenários mais afastados. Isto é ainda mais correto quando mais amplo é o jogo e menos ampla a participação do jogador. Em tais condições, quanto mais inversamente proporcionais, mais tende à incerteza quanto aos resultados, o que demonstra que o pretense Estado juiz, ainda que na condição de um ente regulador, não é um ente onisciente, um repositório ordenado da vontade coletiva - vontade que, provavelmente, sequer existe. Na opinião de Jon ELSTER (1991: 67): *uma classe, enquanto tal, não saberia agir. A noção de ação coletiva não é senão um modo de falar; na realidade, só os indivíduos são capazes de agir.*

Resumindo, os jogadores que compõem o chamado Estado (este entendido agora, após as citações de Arendt e Elster, como uma síntese de ações de indivíduos ordenados de forma mais ou menos coesa e, portanto, mais ou menos precária, que sempre serão jogadores efetivos, à semelhança do capitalista e do trabalhador) jogam individualmente seu próprio jogo, buscando maximizar seus próprios resultados, e é apenas o reflexo de suas jogadas sobre as jogadas dos outros jogadores, sejam eles capitalistas, sejam eles trabalhadores, que terminará por favorecer mais um grupo que outro, conforme o jogo se desenvolve, mas tal favorecimento sempre dependerá da perspectiva adotada pelo observador. O que ocorre é que, na prática, conforme se observará, o jogo sempre se mostra mais favorável para quem tem mais moeda disponível para jogar – como é de se esperar, no sistema capitalista o dinheiro fala mais alto.

Três economistas padrão

À maneira do... Planalto



Com o profundo interesse público, três economistas do governo, que chamaremos de 1, 2 e 3, viajavam incógnitos pelo Brasil, à procura de dados e informações com que aperfeiçoar seus grandes planos científicos para a solução definitiva de todos os problemas econômicos do país.

Certa noite, dormiam num modesto quarto de pensão do interior de Minas, quando o 1, sentindo forte comichão na perna, começou a coçar a perna do 2. Como a comichão não passasse, o 1 esgaravatou mais fortemente a perna do 2, até que ela começou a sangrar. O 2, sentindo algo escorrendo pela perna, pensou que era o 3 sofrendo de incontinência urinária, acordou-o e, irritado, disse que fosse mijar lá fora.

O 3 levantou-se e foi à beira do quintal para se aliviar. Mas, como por perto havia um reservatório que botava água pelo ladrão sem parar, o 3 ficou ali até o sol raiar e ele perceber o que estava acontecendo.

MORAL: O PLANO VAI DAR CERTO. PRECISA SÓ DE PEQUENAS CORREÇÕES.³¹

³¹ FERNANDES, Millôr. *Fábulas Fabulosas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1963. Ilustrações de Millôr Fernandes.

Finalmente, convém lembrar uma vez mais que, embora o jogador seja racional, agindo sempre de modo a extrair de sua jogada o maior valor possível, ele não tem disponível toda informação existente – ninguém tem.

Assim, e conforme a perspectiva, os resultados podem ser diametralmente opostos dos que seriam desejados pelo jogador – pode dar um tiro no próprio pé, pode beneficiar outro jogador, ou pode, inversamente, prejudicar outro jogador, tudo de forma absolutamente impremeditada. É mais ou menos como a previsão do tempo: os sistemas meteorológicos usam equações diferenciais para a elaboração da previsão. É impossível a utilização de um número infinito (ou muito grande) de equações, pois há a limitação imposta pelo número de dados coletados e pela capacidade computacional das máquinas em processar estes dados. Daí a margem de incerteza em tais previsões, o que gera os previsíveis (novamente sem trocadilho) desacertos. Da mesma forma, nenhum jogador pode trabalhar com um número infinito de informações, o que seria tremendamente favorável em sua jogada.

Para complicar, mesmo quando os dados forem suficientes a uma razoável previsão, não se pode esquecer que prepondera na tomada de decisão, em última instância, o elemento humano, falível por natureza, e que comprometerá o resultado do jogo de forma imprevista. E, como se trata de um jogo global, afetará em alguma medida os outros jogadores, que responderão na medida de suas possibilidades e estratégias.

O capitalista e o trabalhador assalariado

É comum encontrar a expressão, ligeiramente variável quanto aos verbetes utilizados, que sintetizam a seguinte asserção: “o brasileiro é um povo solidário, honesto e trabalhador.”. Basta digitar tais palavras em qualquer motor de busca na Internet para se obter mais de 1.500.000 resultados.

Contudo, há motivos bastantes para colocar em dúvida tal assertiva, seja pelo fato de as pessoas fazerem parte de um jogo individualista, seja pela própria ausência de significado prático que a assertiva oferece.

De qualquer forma, convém lembrar que, quando alguém pratica um ato tido como de honestidade desmedida (por exemplo, alguém com poucos recursos financeiros devolver uma bolsa cheia de dinheiro, achada ao acaso), logo há uma ampla exposição pela imprensa (escrita, televisada etc.), ainda que de curta duração. Convém lembrar que os operadores da imprensa também são jogadores racionais, que gostam de ganhar dinheiro, o que significa que apenas veicularão o que acreditam que irá atrair a atenção dos espectadores, uma vez que é a audiência que justifica o anúncio de produtos via imprensa, e os anunciantes (também jogadores) pagam para a imprensa para realizar seus anúncios. Resumindo: não se pode culpar a imprensa (pelo menos não enquanto jogador racional que gosta de ganhar dinheiro) por veicular uma notícia que, acredita, chamará a atenção do público.

Ora, só chama a atenção o que é extraordinário; logo, a pretensa honestidade do povo é algo, aqui, questionável. Significa que há mais pessoas que não devolvem a bolsa de dinheiro. Significa que a chamada Lei de Gérson³² parece tender à realidade.

De modo ainda mais prosaico, constata-se que, via de regra, basta tombar um caminhão, de lixo que seja, para que logo seja rodeado por indivíduos dispostos a saquear a *carga* esparramada. Nestes dois exemplos, lá se vai, de arrasto, a suposta solidariedade – ao menos quanto à que seria dispensada ao dono do caminhão e ao motorista. O fenômeno

³² A expressão originou-se em uma propaganda de 1976 criada pela Caio Domingues & Associados, que havia sido contratada pela fabricante de cigarros J. Reynolds, proprietária da marca de cigarros Vila Rica, para a divulgação do produto. O vídeo apresentava o meia-armador Gérson, da Seleção Brasileira de Futebol, como protagonista.

O vídeo inicia-se associando a imagem de Gerson como o "Cérebro do time campeão do mundo da Copade 1970". Quando o entrevistador pergunta o porquê de Vila Rica, recebe um cigarro de Gerson, e acende enquanto ouve a resposta, que é finalizada com a frase:

"Por que pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo de um bom cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também, leve Vila Rica!".

Informação obtida em http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_G%C3%A9rson, em 25-09-2011

parece ser universal. Para que não haja má interpretação ou confusão, com possíveis alegações de preconceito contra o povo brasileiro, transcreve-se aqui o depoimento de Steven PINKER (2001: 449):

Quando eu era adolescente, no orgulhosamente pacífico Canadá, durante os românticos anos 60, acreditava piamente no anarquismo de Bakunin. Ridicularizava o argumento de meus pais de que se o governo alguma vez abrisse mãos das armas seria o caos. Nossas predições concorrentes foram postas em xeque às oito da manhã de 17 de outubro de 1969, quando a polícia de Montreal entrou em greve. Às 11h20 o primeiro banco foi roubado. Ao meio-dia a maioria das lojas do centro da cidade havia fechado devido a saques. Em algumas horas mais, motoristas de táxi incendiaram a garagem de uma locadora de limusines que competia com eles por passageiros do aeroporto, um atirador de tocaia no telhado matou um policial provincial, desordeiros invadiram vários hotéis e restaurantes, e um médico matou um assaltante em sua casa num bairro elegante. No fim do dia seis bancos haviam sido roubados, cem lojas haviam sido saqueadas, doze incêndios haviam sido provocados e 3 milhões de dólares em prejuízos materiais haviam sido infligidos, antes que as autoridades municipais tivessem de convocar o Exército e, obviamente, a polícia montada, para restaurar a ordem.

Adicionalmente, vale a pena descrever um trecho do 17º episódio da 4ª temporada de *Os Simpsons (Last exit to Springfield – última saída para Springfield)*, *sitcom* tipicamente estadunidense. Após o Sr. Burns (proprietário da usina nuclear que fornece energia elétrica à cidade de Springfield) cancelar o plano odontológico dos funcionários, Homer Simpson (funcionário da usina, que a princípio era favorável ao cancelamento do plano, optando pela concessão de um barril de cerveja grátis para os funcionários) descobre que sua filha, Lisa, terá de usar um novo aparelho odontológico. Ciente de que, sem o plano, terá que pagar pelo aparelho, muda o discurso, e passa a liderar os outros funcionários em uma greve, uma vez que Burns se mostra irredutível quanto ao cancelamento do plano. Burns acaba por cortar o suprimento de energia da cidade, na esperança de causar um dissenso entre

a população e os grevistas, que de qualquer forma mantêm a greve. No exato momento em que a energia é desligada, cidadãos comuns, caminhando normalmente pela rua, imediatamente arrebetam vitrines e saqueiam lojas, aproveitando-se da escuridão. Embora se trate de uma comédia de ficção e, portanto, uma caricatura da realidade, a ficção imita a realidade e, embora caricatural, deve ser razoável. E, às vezes, é a própria realidade que caricatura a ficção. Não há em Homer qualquer atitude honesta ou solidária, assim como não há nos habitantes daquela cidade em geral.

Quanto ao último aspecto, o do “povo trabalhador”: o trabalho só não se dissocia do prazer quando o trabalhador/jogador, nesta condição, alcança de forma satisfatória seu objetivo no jogo – pode ser a estabilidade e a segurança social, os diversos prazeres e confortos da vida etc. Não se pode negar que a moradia, o lazer, a educação etc. constituem um fim tão bom quanto qualquer outro, inclusive são *formalmente* garantidos pela nossa própria Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Contudo, seria ingenuidade pueril acreditar que tais garantias surgiriam do nada. Daí a própria assertiva constitucional, que se refere a “*São direitos dos **trabalhadores...***” – (grifo nosso). Nada mais natural, afinal, só existem direitos na medida em que existem deveres – no caso, o de trabalhar e, conseqüentemente, de recolher os impostos devidos ao ente estatal garantidor.

Em suma, trabalho significa, ao trabalhador, dominação. Ninguém (racionalmente falando) trabalha porque quer. Trabalha porque precisa. Trabalha porque, embora dominação, *Arbeit macht frei*.³³ Ou seja, se o povo é “trabalhador”, isto não representa exatamente uma qualidade, muito menos uma solidariedade, pois o objetivo é individual ou, no máximo, extensível aos familiares. E também não garante um papel de destaque no grande jogo – o trabalhador é, de fato, o que joga com menos probabilidade de sucesso, pois emprega menos recursos nas jogadas.

Neste ponto convém fazer um exercício de imaginação. Visualize-se uma situação hipotética, na qual o Estado deixaria seus cidadãos à completa mercê do empregador capitalista – uma antítese do *Welfare State*, um Estado mínimo, em cujo terreno se desenvolveria a completa exploração injusta do trabalhador, que não teria nenhum direito – a própria reificação (se não totalmente de fato, ao menos de direito) do trabalhador. O extremo oposto de tal situação seria o Estado do perfeito bem-estar social, com a completa submissão do detentor dos recursos pelo Estado, que garantiria aos trabalhadores a mais completa proteção formal e material contra a expropriação da mais-valia, políticas de redistribuição de renda efetivas, com a desigualdade tendendo a zero, enfim, uma completa proteção social.

Não é preciso muito exercício para constatar que nem um nem outro sistema parece sustentável em escala global - talvez o sejam em pequenas comunidades (MAS apenas porque não o serão no entorno, uma vez que os jogos, repise-se, não são herméticos) ou em modelos matemáticos computacionais, que excluam propositadamente a racionalidade e a individualidade do elemento humano. Ambos estariam, em sua breve existência, precariamente equilibrados. Ambos tenderiam à revolução. Um rigor excessivo pró-cidadão

³³“*O trabalho liberta*” – frase que se lê no portão de entrada principal do campo de concentração nazista de Auschwitz I. Neste campo morreram perto de 70.000 intelectuais polacos e prisioneiros de guerra soviéticos, conforme Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau. Referência obtida na Internet. <<http://en.auschwitz.org.pl/h/index.php>> Acesso em 03/11/2011. Uma vez mais, sem trocadilho.

levaria ou à fuga do investidor capitalista (que é humano e também quer *saquear o caminhão tombado, apenas cuidando para cair fora quando a polícia chegar*) ou, no caso de o aparato estatal impedir tal fuga (considerando que tal medida, em termos práticos, jamais aconteceria em um evento global, pois estaríamos supondo um governo global único), em uma proteção possivelmente efetiva ao trabalhador local, mas à custa do exaurimento das fontes produtivas locais e de uma alocação de recurso que influenciará e será mais tarde influenciada pelos sistemas menos protetivos ao redor, impactados pela excessiva proteção vizinha – convém lembrar-se do problema do socialismo teórico e da *Tragédia dos comuns*. Lembre-se ainda que, na prática, embora não haja um governo global, há os *players* globais (conglomerados multinacionais, às vezes monopolistas, e governos influentes), que jogam em diversas partidas, possuindo recursos alocados em vários cenários, e movimentando estes recursos de modo a otimizar suas jogadas, o que pode motivar uma jogada de contramedida capitalista na forma de retaliação, mais ou menos intensa, que terá como objetivo desestabilizar o sistema protetivo, em prol da melhoria na acumulação capitalista³⁴.

Se, por outro lado, a atuação do Estado é vista como fraca pelos jogadores trabalhadores, eles cedo se verão desobrigados de contribuir para a manutenção do Estado (em uma situação extrema, sequer teriam condições de contribuir), e uma revolução realmente popular, não apenas pretensa, poderá ser desencadeada – os representantes do povo serão destituídos, a atuação local do capitalista ficará insustentável e, é claro, *caminhões serão saqueados*.

³⁴Normalmente, ocorrem pela plantação do gérmen da revolução pretensamente popular, que é medida eficaz e dissimulada, principalmente contra governos relativamente fracos. Exemplos não faltam, no nosso próprio terreno e circunvizinhança, orquestrados pela Inglaterra e, principalmente, pelos EUA. Tais exemplos demonstram, uma vez mais, as diversas perspectivas que podem ser adotadas no jogo: durante todo o período militar após o golpe de 1964, tivemos, em certa medida, um governo fantoche, amplamente manipulado de acordo com os interesses estadunidenses. Atualmente, com a *desclassificação* de muitos documentos de Estado dos EUA, não há mais controvérsia sobre tal manipulação, há muito desconfiada. Assim, sob certo ponto de vista poderíamos imaginar que havia uma elite brasileira ditando os rumos do jogo, enquanto sob outra perspectiva, mais ampla, perceberíamos que o jogo era, na verdade, jogado no *Brazil* (com z mesmo), regido pelos estadunidenses. O que não invalida, de qualquer forma, os objetivos, acertos e desacertos nas jogadas realizadas no jogo interno, menor.

Como toda revolução, em sua concepção mais estrita dicionarizada (isto é, movimento circular ou elíptico no qual um móvel volta à sua posição inicial), tudo tenderá a voltar ao ponto de partida, com a recuperação de certo equilíbrio, e até que outra força cause novamente um desequilíbrio insustentável.

Por que, então, revoluções explodem ali e não aqui? Bem, deve-se considerar novamente a questão da perspectiva global, que se mostra diferente das perspectivas mais pontuais. Algo que parece ser insustentável localmente pode não o ser globalmente, pois há forças poderosas, proporcionadas pela acumulação e mobilização de capital, atuando para manter o jogo em equilíbrio. Em outras palavras, evita-se a (quase) qualquer custo a revolução, pois, conforme lembra ARENDT (2007: 213),

(...) a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores. Dar a isto o nome de <<resistência passiva>> é, sem dúvida, uma ironia, pois trata-se de um dos meios mais ativos e eficazes de ação já concebidos, uma vez que não se lhe pode opor um combate que termine em vitória ou derrota, mas somente uma chacina em massa da qual o próprio vencedor sairia derrotado e de mãos vazias, visto como ninguém governa os mortos.

Quanto ao equilíbrio, aliás, convém lembrar que há basicamente dois tipos – um tendente naturalmente ao equilíbrio (equilíbrio estável), e outro tendente naturalmente ao desequilíbrio (equilíbrio instável)³⁵. A intensidade do equilíbrio momentâneo pode ser a mesma nos dois casos, mas a atuação de uma mesma força pode, em cada caso, produzir um efeito diferente. Tomando o exemplo da Física, pense-se em uma esfera, colocada e mantida cuidadosamente em equilíbrio no agudo topo de uma colina com a forma de um cone invertido. É de se esperar que certa força, ainda que mínima, atuando sobre a esfera, fará com que ela role colina abaixo. Já a mesma esfera, colocada sobre o mesmo cone que representa a

³⁵TIPLER, Paul A. Física. *Mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica*. Trad. Horacio Macedo. Rio de Janeiro: LTC, 1999. Capítulo 12.

colina, mas agora em posição invertida, formando um vale, até poderá apresentar certo movimento se submetida à mesma força anterior, mas jamais deixará o fundo do cone. O equilíbrio é o mesmo nos dois casos, assim como o são a esfera e o cone que forma, conforme o caso, a colina ou o vale. Também a força aplicada é exatamente igual. O que diferencia as duas situações é a energia potencial existente na situação da colina e ausente no caso do vale. Esta energia é (naturalmente) invisível, mas deveras sensível a qualquer aplicação de força, e resultará no inevitável rolamento da esfera. Da mesma forma, há várias forças invisíveis, da acumulação e alocação de capital, no sistema de jogo capitalista, e este jogo ora é como uma esfera na colina, e ora é como uma esfera no fundo do vale. Para complicar, sua forma, se esfera ou se vale, é algo que muitas vezes parece sólido, mas, neste caso, *Alles Ständische und Stehende verdampft*³⁶ - as situações, conforme referidas, são interdependentes e, portanto, fluidas, apesar de às vezes parecerem sólidas.

A manutenção do equilíbrio é condição *sine qua non* para a existência do próprio jogo. Vale tanto para os jogos locais, em seus diferentes níveis de alcance, quanto para um grande e único jogo visto de cima. A diferença é que pode ocorrer, naturalmente, a existência de desequilíbrio – e, portanto, uma paralização, momentânea ou não, do jogo em um cenário, enquanto o jogo maior, de qualquer forma, pode seguir aparentemente imperturbado. Pode até ocorrer, depreendendo-se do pensamento até aqui entabulado, que um desequilíbrio seja mesmo necessário, em um jogo de *players* proporcionalmente pequenos, para a manutenção de um jogo maior.

Contudo, e voltando ao raciocínio acima, para que o jogo se desenvolva deve haver equilíbrio em seu cenário. A pergunta que se faz é: quem (ou o que) define a manutenção do equilíbrio? Afinal, todos parecem querer participar do jogo, e de uma maneira

³⁶“*Tudo o que é sólido desmancha no ar*”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2009. P. 32

o mais racional e previsível possível: todos querem atingir seus objetivos no jogo. As ações dos jogadores definirão a manutenção do equilíbrio necessário ao desenrolar do jogo, e tais ações são efetivas na exata medida do poder de barganha que carregam. E este poder de barganha é sustentado pelo capital.

Conforme afirmado mais acima, o que garante o acesso ao jogo é, em essência, a própria premiação que o vencedor recebe – dinheiro ou equivalente. Pois é apenas o capital (ou, desde tempos ancestrais, seu equivalente, o poder de troca com liquidez) que permite a satisfação do próprio princípio eudemonista, previsto, no caso brasileiro, constitucionalmente.

Naturalmente, aqueles com desapego material, que fazem voto de pobreza e se abstém de *saquear caminhões tombados*, não fazem parte deste jogo. Não porque não sejam racionais, mas porque não encontram, em sua própria racionalidade, motivos para jogar. Não significa que não sofram, em algum momento, influência do jogo capitalista. Afinal, precisam se alimentar (embora, neste caso, seja possível aplicar a distinção entre o trabalho para a própria sobrevivência, o equivalente ao *work* da língua inglesa, e o trabalho para outrem, que assume o *labour* na mesma língua. Mais ou menos a diferença, para fins de direito brasileiro, entre trabalho e emprego), se vestir, morar etc. Mesmo que o façam a expensas de outrem, ainda assim são influenciados pelo jogo, pois a necessidade existe *para outrem*. Já foi (talvez ainda seja) motivo de discussão o fato de o próprio Jesus Cristo ter possuído ou não propriedade (pois andava, ao que consta, vestido). Não se entrará em tal discussão bizantina – não acrescentaria nada a esta monografia; apenas faz-se a citação para melhor compreensão do alcance dos efeitos do jogo.

Considerações feitas, assume-se que, ao jogar, as pessoas buscam capital, que permitirá a satisfação de suas necessidades, mais básicas ou mais supérfluas. E, para que possam jogar, também necessitam de capital (ou equivalente. Pode ser a simples concessão

da mais-valia). A disparidade de capacidade de jogo advém, assim, das diferentes capacidades de alocação imediata de recurso, em nítido desfavor daqueles que menos possuem capital. Se feita uma rápida análise a partir do problema social, colocando o individualismo de lado por ora, qualquer um ficaria horrorizado ao constatar que, pela perversidade da própria sistemática do jogo, quem menos tem terá menos probabilidade de sucesso no jogo. Ou seja, o sonhado objetivo da eliminação das desigualdades, no jogo capitalista, é bem menos factível do que pode parecer. Simples assim: por exemplo, alguém pode ter uma brilhante ideia para construir algo que todos quererão, pois com este algo serão mais felizes. Até aqui, o inventor possui capital apenas potencial, desprovido de qualquer liquidez, representado pela própria ideia, que depende, para sua implementação e obtenção de resultado\$, da injeção de capital corrente. Uma vez que este capital não virá de graça, o inventor dependerá dos recursos alocados pelo capitalista financeiro, e a tendência é a natural concentração do capital, pois, auferidos os resultados, o capitalista observará sua parte, previamente pactuada, e esta parte será, provavelmente, a do leão – o capitalista não arriscará o próprio capital por bagatela.

Repare-se, aqui, que, curiosamente, a jogada individual sempre será voltada a um resultado ótimo, embora, com o desenrolar do jogo, e pelas suas próprias características de racionalidade individual, os resultados sempre sejam, coletivamente, subótimos, dada à concentração de capital. Muitas vezes resultam, coletivamente, em desastre.

Este é um ponto que talvez seja crucial. Os resultados subótimos tendem a gerar, para dizer o mínimo, desigualdade e inquietude coletivas. Trata-se de um efeito colateral do jogo, e é indesejado por *qualquer* uma das partes jogadoras. Não parece correto, portanto, acreditar que o capitalismo não quer o *Welfare State*. Simplesmente porque tal condição, conforme se verá, é necessária à manutenção do próprio capitalismo, na situação de equilíbrio já delineada. Não por acaso, as primeiras leis regulatórias, aparentemente

protegendo o trabalhador, terem partido da iniciativa dos capitalistas, e não do Estado. Não por acaso o capitalismo ter reinventado o lazer, conforme já se viu. O problema é que, uma vez que há muitos níveis de jogo, o capitalismo quererá o bem-estar social em certo nível em detrimento de outro, por razões as mais racionais possíveis. É a globalização, mas com as grandes recompensas do comércio globalizado vindo para alguns, mas não para outros, conforme apontou Amartya Sen.

Assim, parece *localmente* que o capitalismo não deseja o bem-estar de *forma geral*. Mas, se for assim, por que mesmo os países desenvolvidos têm sofrido os efeitos da globalização? Explica-se: o capitalista é um jogador que tende a arriscar, pois sabe que o lucro potencial é proporcional ao risco assumido. Em outras palavras, o equilíbrio desejado pelo capitalismo é aquele tendente ao desequilíbrio, pois, sendo mais sensível à aplicação de forças, torna mais fácil a manipulação e o controle de jogadas efetivas. Por ser mais instável, e por responder mais prontamente ao capital alocado, permite a acumulação de capital de modo mais expedito.

Basta raciocinar que é apenas no limiar do desequilíbrio que os menos favorecidos no jogo se revoltarão. O sistema é como uma caldeira, projetada para operar, digamos, sob uma pressão máxima de 1.000 PSI. Se submetida a 1.001 ela explode, e o que se deseja é que ela opere sempre a 999 PSI. Ou, como dizia o engenheiro Ferdinand Porsche, o melhor motor de competição é aquele que, após cruzar a linha de chegada em primeiro, explode em pedaços (pois há, mecanicamente, uma clara incompatibilidade entre durabilidade e potência).

Em outras palavras, o jogador capitalista sabe que, se quiser maximizar seu capital, deve manter a situação próxima do desequilíbrio – perigosamente próxima, a caldeira deve estar a ponto de explodir. Daí que, às vezes, o equilíbrio é rompido (lembre-se: ninguém, nem mesmo o mais bem-equipado capitalista, tem todas as informações sobre os

jogos dos outros; há um risco inerente ao jogo), e a revolução inicia, com consequências, principalmente em relação ao jogo local, imprevisíveis (mas, novamente, mantendo-se a jogabilidade no jogo global). No mais das vezes, contudo, o motor apenas fuma – são as revoltas populares e as medidas protetivas impostas e permitidas pelo poder estatal, tais como a greve, a lei X, o imposto Y, que acabam sendo, por isso, benéficas ao próprio sistema de acumulação capitalista – servem de importante aviso sobre um iminente desequilíbrio, que poderia levar à perda capitalista local (a qual, contudo, significaria mais realocação, pois não há perda global) do capital acumulado, permitindo, conseqüentemente, a manutenção do jogo, e no limite superior de ganhos.

Nesta medida, parece insuficiente afirmar que as conquistas dos empregados são, aos capitalistas, “*anéis que se vão para salvar os dedos*”³⁷. Trata-se, na verdade, de uma metajogada (pois inserida em uma jogada mais relevante, que permite uma probabilidade maior de ganhos), feita pelo próprio capitalista, que se aproveita da instrumentalidade do anel para proteger os dedos mas, *sutil porém significativa diferença* – o anel se vai apenas porque sua finalidade precípua (antes de proteger o dedo) é garantir o ganho de outros anéis. A primeira definição (anéis que servem apenas para poupar os dedos) resultaria sempre em um número final de anéis menor; a segunda, um número maior, porque apenas surgem anéis se o jogo avançar. Como jogo, tem-se, no primeiro caso, uma soma igual a zero entre anéis e

³⁷A expressão foi utilizada por Angela Mendes de ALMEIDA (1990: 42) para descrever fatos que ocorreram após a emergência da Constituição de Weimar, quando o capitalismo foi seriamente desafiado pelo socialismo, em meio a sucessivas ondas de revolução que rapidamente culminaram no fim do regime imperial alemão e na proclamação de uma república, após a derrota alemã na Primeira Guerra. A revolução foi violentamente sufocada, e Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, membros da esquerda radical e fundadores do Partido Comunista da Alemanha (KPD), barbaramente assassinados por membros dos *corpos francos*, ex-combatentes alemães, que estimularam o posterior movimento nacional socialista (*Nationalsozialistische* - Nazi), que culminou com a ascensão de Hitler ao poder, nomeado chanceler em 1933. Naquele contexto efervescente de hiperinflação, miséria absoluta da população e situação relativamente confortável para o capitalismo de produção (graças às exportações e à relação cambial pois, em setembro de 1923, 1 dólar equivalia a 350 milhões de marcos), com a total subversão do contexto sócio-político, parece apropriado consentir que a função primordial do anel era, de fato, salvar o dedo da burguesia. As circunstâncias, no entanto, eram bem mais dramáticas que as atuais, mesmo em um contexto global – redesenho geopolítico do mundo. Daí a insuficiência atual do uso do termo.

dedos. No segundo caso, o cálculo mais conservador aponta para uma quantidade sempre positiva de anéis e de dedos. E este não é, absolutamente, o resultado considerado ótimo pelo jogador capitalista.

Em outras palavras, não há qualquer problema em se sacrificar um anel, se tal sacrifício significar o surgimento de, digamos, pelo menos dois anéis. Normalmente, o que se vê, em jogos tendendo para o global, é um milagre de multiplicação bem mais relevante. E uma vez que no capitalismo mercantil e no financeiro não há propriamente um milagre, mas uma simples realocação de recursos; significa que o trabalhador, *aqui entendido como o trabalhador global*, não estará nestes casos ganhando anéis; estará, isso sim, engolindo as iscas do capitalismo, ao acreditar que (como qualquer jogador em qualquer jogo) há uma chance de sair vencedor.

O nascer do Capitalismo (à maneira dos ... americanos)?³⁸

Um homem tinha uma fazenda perto de um rio. Certo dia, o rio começou a subir e ele percebeu que sua fazenda ia ficar submersa. Transferiu toda sua família e todo seu gado e todos seus utensílios e móveis para o alto da montanha mais próxima. Havia, na sua fazenda, exatamente 284 km de cerca de arame farpado. Era um arame de sete farpas por metro, num total de sete mil farpas por quilômetro e, portanto, a cerca toda somava 1.988.000 farpas. O homem arranjou um empregado que, sem comer nem dormir, colocou em cada uma dessas farpas um pedacinho de carne, uma isca qualquer. Quando terminou, ele e o empregado mal tiveram tempo de subir a montanha. Veio o dilúvio. Durante 93 horas choveu ininterruptamente. Durante 96 horas o rio esteve três metros acima da cerca. Mas logo as águas cederam, e rapidamente o rio voltou ao normal. O homem desceu e examinou a cerca. Encontrou, maravilhado, um peixe pendente de cada farpa, exceto três. Ou seja, um total de 1.987.997 peixes. Havia tainhas, e havia robalos, corvinas, namorados, galos e muitas outras espécies que ele nunca vira, trazidas pela enchente. Cada peixe pesava, em média 250 g, de modo que o homem tinha um total de 496.999.250 g de

³⁸ FERNANDES, Millôr. *Fábulas Fabulosas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1963.

peixe fresco, ou seja, 496.999 kg de peixe. Isso tudo, vendido a 10 cruzeiros o quilo, vocês façam a conta e...

Ah, naturalmente o empregado foi despedido, porque colocou mal as iscas nas três farpas que faltaram.

Moral: O operariado deve ter o máximo cuidado com as iscas do Capitalismo.

Uma vez que o jogo é mantido, a acumulação do capital tende a aumentar, pois há mais jogadas vitoriosas do capitalista global que do empregado global – é por isso que convém ao capitalista manter o jogo, algo compulsório ao trabalhador, que só pode viver se negociar desfavoravelmente sua mais-valia. E uma vez, portanto, que há um *handicap* desfavorecendo um dos lados da competição, urge a presença efetiva de um ente regulador – que *deveria* ser o Estado – para que o *fair play* seja alcançado.

FATOS DO BRASIL

*O trabalhador brasileiro está cercado de leis por todos os lados, mas morrendo de fome. Tantas leis! Mas falta uma que o proteja da morte por inanição*³⁹.

O excerto acima foi escrito por um líder sindical mineiro dos anos de 1950. Mas pode perfeitamente ser confundido com algo contemporâneo. Afinal, o número de domicílios brasileiros que se encontrava em algum grau de insegurança alimentar era de 30,2% em 2009 (são os dados mais recentes disponíveis)⁴⁰. Isso significa que 65,6 milhões de pessoas residentes em 17,7 milhões de domicílios apresentavam alguma restrição alimentar ou, pelo menos, alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição devido à falta de recursos para adquirir alimentos.

A insegurança de alimentos era mais aguda nas regiões Norte e Nordeste, atingindo, respectivamente, 40,3% e 46,1% dos domicílios. Quanto às variáveis socioeconômicas, a insegurança alimentar era maior em domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo por pessoa (55%), naqueles onde residiam menores de 18 anos (37,2%), entre os pretos e pardos (43,4%) e para aqueles com menos de 1 ano de estudo (20,2% - moderada ou grave).

É a forma mais pungente de exclusão, de eliminação da dignidade, de dominação e exploração aviltantes. Há leis, mas não há uma política pública de segurança social adequada. Da mesma forma que o manifesto do sindicalista de 1950 parece atual, assim

³⁹FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Tradução de Paulo Roberto Ribeiro Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. P. 1

⁴⁰IBGE. Referência obtida na Internet. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08/10/2011.

também parecem as linhas extraídas do poema *Ode Triunfal*⁴¹, de Álvaro de Campos (i.e., Fernando Pessoa), escrito na Londres de 1914:

*A gentalha que anda pelos andaimes e que vai para casa
 Por vielas quase irreais de estreiteza e podridão.
 Maravilhosa gente humana que vive como os cães,
 Que está abaixo de todos os sistemas morais,
 Para quem nenhuma religião foi feita,
 Nenhuma arte criada,
 Nenhuma política destinada para eles!
 Como eu vos amo a todos, porque sois assim,
 Nem imorais de tão baixos que sois, nem bons nem maus,
 Inatingíveis por todos os progressos,
 Fauna maravilhosa do fundo do mar da vida!*

Naturalmente que as explicações para este “fenômeno” não hão de faltar. O discurso invariavelmente terá o mesmo viés daquele destinado a negar a existência de movimentos disfuncionais relacionados à globalização – a direita neoliberal afirma veementemente que é necessário *globalizar* (um eufemismo; significa, como se viu, *precarizar* a situação dos trabalhadores em prol de uma acumulação capitalista ainda mais ostensiva) para ser competitivo. Quando se atende o anseio neoliberal e não se vê qualquer sinal de melhora, a direita cala e a esquerda argumenta que o governo é fraco, cede a pressões externas.

No caso brasileiro, convém lembrar que as *precarizações* neoliberais das relações trabalhistas só não foram mais violentas porque, conforme visto, não há muito o que *precarizar* no mundo fático – o que possuímos de direito é em grande parte semântico, conforme adverte John D. FRENCH (2004: 238) - *há um flagrante contraste entre a*

⁴¹PESSOA, Fernando. *Poesia — Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

generosidade das promessas legais da CLT e a justiça minguada dispensada nos locais de trabalho, ministérios e tribunais do trabalho.

E também porque, de qualquer forma, na lição de Wilson RAMOS FILHO, (2010: 375), (o que) *já implicava débil proteção aos direitos dos trabalhadores desde sua implantação, havia sido precarizado anos antes, durante o regime militar, com a supressão das principais contrapartidas fordistas que haviam sido construídas ao longo dos trinta anos anteriores.*

De qualquer forma, assertivas no sentido de se afirmar que um país está em situação precarizada só ficam totalmente livres de esvaziamento pela via da comparação. Segue então a rápida análise de alguns dados.

Inicialmente, examine-se o índice de Gini, majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda familiar em um país, e que consiste em um número que varia entre 0 (zero) e 1. Zero corresponderia à completa igualdade de renda (onde todas as famílias teriam a mesma renda) e 1 corresponderia à completa desigualdade (onde uma família teria toda a renda, e as demais nada teriam). O índice de Gini é expresso em pontos percentuais. Assim, quanto mais próximo de zero, menos desigualdades; quanto mais próximo de 100, mais desigualdades.

De acordo com os dados mais atualizados (2009), disponibilizados pela CIA⁴², o Brasil apresenta o terceiro maior índice de desigualdade na América do Sul (53,9), atrás de Paraguai (53,2), Chile (52,1), Peru (48,0), Equador (46,9), Argentina (45,8), Guiana (43,2), Uruguai (42,4) e Venezuela (41,0), à frente apenas da Colômbia (da indústria de flores – 58,5) e Bolívia (58,2). A comparação com os países desenvolvidos é covardia – estamos muito atrás dos países europeus em geral, e 8,9 pontos atrás dos EUA (45,0). Ressalte-se que Venezuela,

⁴² CIA - Central de Inteligência dos EUA. Referência obtida na Internet. <<https://www.cia.gov>>. Acesso em 06/10/2011.

Uruguai e Guiana estão, portanto, à frente dos EUA neste quesito, e a Argentina, pode-se dizer, está em empate técnico, embora todos estejam bem atrás de Reino Unido (34,0), França (32,7) e Alemanha (27,0). Sob outra perspectiva, o Brasil é o 12º país com maior desigualdade entre os 136 analisados – atrás de países como Gana, Guiné, Burkina Faso, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Zâmbia, Nepal... A lista é longa. Para facilitar: está à frente apenas da Namíbia, África do Sul, Lesoto, Botsuana, Serra Leoa, República Centro Africana, Haiti, Honduras, Guatemala e os já citados vizinhos Colômbia e Bolívia.

Outros dados demonstram ainda uma exacerbação desta desigualdade. A paridade do poder de compra (PPP ou PPC – anualizada em US\$, também disponibilizada pela CIA) do Brasil (11.273) é a 76ª maior do mundo (183 países analisados) e a 5ª maior na América do Sul, perdendo para Argentina (15.901), Chile (15.040), Uruguai (14.339) e Venezuela (12.048). Uma vez mais, parecem superlativos os valores dos EUA (46.860), Alemanha (36.081), Reino Unido (35.059) e França (33.910).

Isso, de forma conjunta com o índice de Gini, mostra que os brasileiros são indiscutivelmente pobres, mas, pior, as desigualdades internas do país são imensas – afinal, a desigualdade (índice de Gini) se acentua sobre o poder de compra (PPP ou PPC). Sinal inequívoco de uma necessidade urgente por políticas públicas internas que promovam a redução da desigualdade, ainda que pela via, considerada traumática e pouco popular, da redistribuição forçada de renda.

Apenas para constar, parece que tem sido este o caminho trilhado. Por incrível que pareça, a desigualdade já foi muito pior – em 1998, durante uma ferrenha política neoliberal, o índice de Gini beirava o descalabro – 60,7, contra os atuais 53,9 (hoje 11,20% menor, portanto). O país amargaria, com aquele índice, o posto de 7º país mais desigual do mundo. Talvez ainda haja esperança.

CONCLUSÃO

A aceitação de um capitalismo sem limites invariavelmente tem levado o mundo à guerra, à fome e à barbárie. Milhões de vidas ainda são perdidas como mero efeito colateral do sistema capitalista. Esperar que a inquietação espontaneamente aflore no próprio mercado capitalista e este promova ações em prol da justiça social não é razoável – a maximização dos resultados capitalistas depende de um mundo na corda bamba, perigosamente tendendo à revolução, e é baseada em atitudes racionais pautadas pelo individualismo e pelo egocentrismo, estando bem definido o alvo da acumulação a qualquer custo, e tais atitudes só podem (e devem) ser refreadas coercitivamente.

A desregulamentação neoliberal e a globalização significam, para dizer o mínimo, afrontas à individualidade e aos valores culturais e morais de uma coletividade. Conforme argumenta Chandra Talpade MOHANTY (2002: 229),

a hegemonia do neoliberalismo, juntamente com a naturalização de valores capitalistas, influencia a capacidade de fazer escolhas em nome próprio no cotidiano dos economicamente marginalizados, bem como nas comunidades economicamente privilegiadas em todo o mundo.

Vincular a origem dos problemas sociais à falta de adesão ao neoliberalismo e ao excesso de proteção trabalhista legal (intervencionismo estatal nas relações de produção) parece mera desculpa, conforme se discutiu. Da mesma forma, pregar que localmente (Brasil) há uma regulação do trabalho excessivamente protetiva só adquire seriedade se uma comparação bem fundada com outros mercados mais desenvolvidos apontar neste sentido (afinal, não se busca a globalização?), o que claramente não é o caso. E, de qualquer forma, a proteção deve ser efetiva, material, não se situar meramente no campo semântico.

Os adeptos do neoliberalismo deveriam ser instados a responder por que não questionam, por exemplo, a existência de leis de trânsito. Prontamente responderiam que a inexistência desta legislação implicaria no caos e na perda de muitas vidas, pedestres e

motoristas. Seria curioso, pois a desigualdade e a injustiça social provocadas em última instância pelo Estado mínimo globalizado certamente matam muita gente. Não obstante, defendem os neoliberais o não gerenciamento estatal sobre o mercado.

Calcula-se que os gastos governamentais para salvar bancos e dar liquidez ao mercado financeiro tenham atingido, desde a crise de 2008, a cifra de 10 trilhões de dólares⁴³. Certamente que tal perda (dois terços do PIB dos EUA, ou quatro vezes e meia o PIB do Reino Unido, ou quase cinco vezes o PIB brasileiro) está relacionada ao *cassino capitalismo*, outra armadilha do capitalismo financeiro, desprovida de sustentabilidade – tal quantia simplesmente não pode ter desaparecido no mundo real. Seus efeitos, contudo, foram bem reais, na forma de desemprego (calcula-se que 20 milhões foram perdidos⁴⁴) e desassossego social. E naturalmente que, neste momento, nenhum neoliberal condenou a intervenção estatal no sentido de sanear os bancos e o mercado financeiro. Afinal, diriam os neoliberais, o culpado pela crise não é o neoliberalismo⁴⁵.

Impossível, assim, defender a não-intervenção estatal em um jogo essencialmente individualista. Seria o mesmo que renegar o Estado, restabelecendo-se as prerrogativas individuais que há muito foram consignadas no Contrato Social.

Não há sequer a possibilidade de se invocar o escrúpulo dos capitalistas quanto às inúmeras vidas perdidas e famílias destruídas, simplesmente pelo fato de os mortos não terem rosto individual. A morte não se dá olho no olho, o que elimina qualquer escrúpulo de consciência. É mais ou menos como o piloto de avião militar que jamais teria coragem de

⁴³ FMI (IMF). Referência obtida na Internet. <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2009/spn0913.pdf>>. Acesso em 08/10/2011.

⁴⁴ OIT (ILO). Referência obtida na Internet. <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/lang--en/WCMS_099529>. Acesso em 08/10/2011.

⁴⁵ Parafrazeando o conde Ciano, *a vitória tem cem pais. Já a derrota é órfã*.

assassinar alguém cara a cara, mas não hesita em lançar uma bomba que simultaneamente mata milhares de pessoas.

Da mesma forma, esperar que instituições internacionais – como a OIT, o FMI, a ONU etc. intercedam em favor dos países pobres não parece frutífero – tais instituições invariavelmente estarão alinhadas com os *players* globais, embora possam, eventualmente, adotar medidas que pareçam favorecer unicamente os menos privilegiados – é o truque do anel multiplicador.

Finalmente, esperar pelo advento de uma verdadeira revolução socialista tampouco parece sensato, uma vez que a competição individual e a falta de altruísmo e solidariedade acarretariam inevitavelmente na estagnação de qualquer desenvolvimento e no esgotamento dos recursos pré-existentes.

Em um estado jogador como o brasileiro atual, que está sempre situado em um nível abaixo daquele dos *players* globais, ainda mais imperativa se torna a necessidade de responsabilização e controle, *pelos* entes estatais e também *dos* entes estatais. Quando houver um equivalente vernáculo exato para a *accountability* (afinal, só existem palavras em dado idioma na medida em que elas são necessárias) o país terá dado um passo importante na direção de um nível mais elevado no jogo. Poderá significar o jogo com possibilidades reais de ganho (ainda que ganhos menores, pois mais divididos), com poder de veto e participação efetiva na formulação das regras. Em resumo, menos desigualdades e mais justiça social.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Vivek; FARRELL, Diana. *Who wins in offshoring?* In: *Offshoring: understanding the emerging global labor market*. Editado por Diana Farrell. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Banco Mundial (World Bank). Referência obtida na Internet. <<http://data.worldbank.org/topic/poverty>>. Acesso em 26/10/2011.

BARRON, Emmanuel N. *Game theory : an introduction*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 05/10/1988.

BRASIL. *Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31/12/1940.

BRAUDEL, Fernand. *The Wheels of Commerce*. New York: Harper & Row, 1982.

CIA - Central de Inteligência dos EUA. Referência obtida na Internet. <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2172.html>>. Acesso em 06/10/2011.

CLARKE, Simon. *Labour Relations and Class Formation*. In: CLARKE, Simon (editor). *Wages, Employment and Industrial Conflict in Russia*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1996.

CONGDON, Tim. *Keynes, the Keynesians and Monetarism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2007.

DAVIES, Norman. *Europa na guerra*. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DE SOTO, Hernando. *The Mystery of Capital*. London: Bantam Press, 2000.

DE SWAAN, Abram. *Perspectives for transnational social policy*. Government and

Opposition, 21(1), 1992.

Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa [CD-ROM], Instituto Antônio Houaiss, 2009, ISBN: 9788573029703.

DOWD, Douglas Fitzgerald. *Capitalism and its economics: a critical history*. London: Pluto Press, 2000.

ELSTER, Jon. *Marxisme et Individualisme Méthodologique*. In: BIRNBAUM, Pierre & LECA, Jean (orgs.). *Sur L'Individualisme*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.

Encyclopædia Britannica Online. Encyclopædia Britannica, 2011. Referência obtida na Internet. <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/470303/population/60687/Trends-in-world-population>>. Acesso em 26/10/2011.

Encyclopædia Britannica Online. Encyclopædia Britannica, 2011. Referência obtida na Internet. <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/639266/welfare-state>>. Acesso em 25/09/2011.

ENDERWICK, Peter. *Globalization and Labor*. New York: Chelsea House Publishers, 2006.

FERNANDES, Millôr. *Fábulas Fabulosas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1963. Ilustrações de Millôr Fernandes.

FIGES, Orlando. *A people's tragedy: the Russian Revolution, 1891-1924*. London: Penguin Books, 1998.

FILTZER, Donald. *Soviet Workers and Late Stalinism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FMI (IMF). Referência obtida na Internet. <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2009/spn0913.pdf>>. Acesso em 08/10/2011.

FRENCH, John D. *Drowning in laws: labor law and Brazilian political culture*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

FULCHER, James. *Capitalism – A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. Science, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), P. 1243 - 1248.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press Inc., 2007.

HEYNE, Paul T. *Are economists basically immoral?: and other essays on economics, ethics, and religion*. Indianapolis: Liberty Fund Inc., 2008.

HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalisation in question*. Brighton: Polity, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Referência obtida na Internet. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08/10/2011.

JESSOP, Bob. *Post-Fordism and the State* [in AMIN, Ash (ed.) *Post-Fordism: A Reader*], Oxford: Blackwell, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist manifesto: a modern edition*. London: Verso, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist manifesto: a road map to history's most important political document*. Edited by Phil Gasper. Chicago: Haymarket Books, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2009.

MCMAHON, Robert. *The Cold War: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press Inc., 2003.

Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau. Referência obtida na Internet. <<http://en.auschwitz.org.pl/h/index.php>> Acesso em 03/11/2011.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2003.

MULLARD Maurice e SPICKER, Paul. *Social policy in a changing society*. London: Routledge, 1998.

NEWMAN, Michael. *Socialism – A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

OIT (ILO). Referência obtida na Internet. <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/lang--en/WCMS_099529>. Acesso em 08/10/2011.

OSBORNE, Martin J. ; RUBINSTEIN, Ariel. *A course in game theory*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2004.

PESSOA, Fernando. *Poesia — Álvaro de Campos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

POE, Edgar Allan. *Assassinatos na rua Morgue e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

POSTMAN, Neil. *Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business*. New York: Viking Penguin, 1985.

RAMOS FILHO, Wilson. *Trabalho e regulação: o direito capitalista do trabalho e as crises econômicas*. In RAMOS FILHO, Wilson (coord.). *Trabalho e regulação no Estado constitucional*. Curitiba: Juruá, 2010.

SAKULIN, P. N. *Historii russkago idealizma: Kniaz' V. Odoevskii, myslitel' pisatel'* [From the history of Russian idealism: Prince V. Odoevskii, a thinker and a writer], vol. 1, pt. 2. Moscow: Sabashnikov, 1913, p. 174, conforme citado em THADEN, Edward C. *Conservative Nationalism in Nineteenth-Century Russia*. Seattle: University of Washington Press, 1964.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature And Causes of the Wealth of Nations* (1776). Book IV, Chapter 2.

SMITH, Adrian; STENNING, Alison e WILLIS, Katie. *Social Justice and Neoliberalism: Global Perspectives*. New York: Zed Books, 2008.

STRANGE, Susan. *Casino capitalism*. New York: Basil Blackwell Ltd., 1986.

SZPORLUK, Roman. *Communism and Nationalism - Karl Marx Versus Friedrich List*. New York: Oxford University Press, 2008.

TIPLER, Paul A. Física. *Mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica*. Trad. Horacio Macedo. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

VINOGRADOFF, Paul. *Roman Law in Medieval Europe*. Oxford, 1929, p. 62, conforme citado em PIPES, Richard. *Russia Under the Old Regime*. New York: Scribners, 1974.

WATKINS, Kevin; FOWLER, Penny. *Rigged rules and double standards: trade, globalisation, and the fight against poverty*. Oxford: Oxfam Campaign Reports, 2002.

WILLIAMS, Gwyn. *Struggles for an alternative globalization : an ethnography of counterpower in southern France*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. London: Verso, 2002.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.